

Diário do Legislativo de 06/07/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 49ª Reunião Ordinária Interrompida

1.2 - 21ª Reunião Extraordinária

1.3 - 22ª Reunião Extraordinária

1.4 - 23ª Reunião Extraordinária

1.5 - 24ª Reunião Extraordinária

1.6 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ATAS

ATA DA PARTE INTERROMPIDA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 29/6/99

Presidência dos Deputados José Braga e Bené Guedes

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção - Palavras do Deputado Paulo Pettersen - Palavras do Secretário Manoel Costa - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Manoel Costa, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; e Raul Otávio Amaral, Chefe da Assessoria de Análise Econômica da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Destinação da Interrupção

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião a receber o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Manoel Costa, para prestar informações sobre a atual situação financeira do Estado e as medidas legais adotada pelo Governo.

A Presidência, em nome do Poder Legislativo, apresenta as boas vindas ao Sr. Secretário e manifesta seus agradecimentos por S. Exa. atender ao convite para debater com os Deputados a situação financeira do Estado, no que se refere a sua Pasta.

Palavras do Deputado Paulo Pettersen

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Secretário de Estado, Dr. Manoel Costa, em virtude de requerimento do nobre companheiro Deputado Márcio Cunha, que fez o convite para que V. Exa. viesse a esta Casa expor os problemas por que passa o Estado de Minas Gerais, estamos aqui hoje com essa ilustre presença, também para buscar alternativas, a fim de que o Estado de Minas Gerais não paralise a sua alavancagem - dentro da perspectiva de governo e das suas, ainda que mínimas condições - e possa se soerguer, dentro dessas dificuldades, para que possamos, juntos, fazer com que Minas tenha a prosperidade que sempre foi seu termômetro, sempre com a aquiescência deste Poder e de seu povo.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos ouvir o Secretário Manoel Costa, que nos apresentará uma radiografia do Estado de Minas Gerais e nos dirá o que pode e o que será feito, para acompanharmos atentamente as saídas, as alternativas e as realidades de Minas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Palavras do Secretário Manoel Costa

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho grande prazer de comparecer a esta Casa para relatar os rumos do planejamento feito para o Estado de Minas Gerais, convicto que estou das contribuições que V.Exas. poderão oferecer ao longo dos debates.

Desejo ressaltar aqui as orientações do Governador Itamar Franco, que se propõe a defender com firmeza os interesses do Estado de Minas Gerais, a governar com autonomia em nome da população mineira, a agir com capacidade de inovação e a promover amplas mudanças sociais e políticas. Nosso objetivo, reconhecido pela maioria da sociedade, é abrir caminhos novos ao Estado e ao País, não apenas no que se refere ao endividamento e ao aviltamento do papel das unidades da Federação, mas na recusa do destrutivo modelo econômico vigente, ao seu caráter antidemocrático e aos métodos autoritários e elitistas que caracterizam seus defensores. O Governo mineiro propõe ao País uma reorientação de rumos, buscando a reconstrução da nacionalidade e a criação de condições para a retomada do crescimento econômico, sem a qual não haverá a multiplicação dos postos de trabalho. Pretendemos promover a integração dos setores sociais e regiões desassistidas, retomar o papel regulador do Estado, definir objetivos estratégicos de desenvolvimento e estimular a participação ativa dos cidadãos na vida pública.

Entendemos que o ser humano é o centro e o fim da ação governamental, que o mercado deve ser posto a serviço do desenvolvimento da sociedade como um todo, e não o contrário, colocando-se o Brasil e seus Estados a serviço de um reduzido número de grandes interesses globais ou nacionais.

A proposta de desenvolvimento que se encontra em elaboração foi buscar no conceito de sustentabilidade as bases de sua formulação. O desenvolvimento sustentável pressupõe um amplo processo de mudança social e a ampliação das oportunidades vigentes na sociedade, compatibilizando no tempo e no espaço o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e da solidariedade entre as gerações. Ao longo da história política e econômica do Brasil, Minas, apesar das adversidades, representou sempre relevante papel no conjunto da sociedade, seja por sua extensão geográfica, pela abundância e qualidade de seus recursos naturais, pela dimensão de sua população e diversidade de seus ecossistemas produtivos. Em que pese à importância desses ativos, persistem graves problemas sociais e econômicos que a política econômica em curso não logrou superar. Ao contrário, esses problemas adquiriram, no período recente, dimensões cujo reconhecimento traumatiza aqueles que, por decisão da imensa maioria da sociedade, foram alçados à condição de responsáveis pela condução e reorientação dos destinos de Minas.

Nosso Estado detém hoje uma cruel estrutura de distribuição de renda. Tomando por aproximação, como conceito de renda, os dados do Produto Interno Bruto para 1996, apenas quatro microrregiões - Belo Horizonte, Ipatinga, Uberlândia e Juiz de Fora - respondiam por 50% da formação do PIB do Estado. Integram essas microrregiões 80 municípios, com uma população de 5.500.000 milhões de habitantes (33%), em área equivalente a 6% de nosso território.

Esses números revelam, como pano de fundo, o caráter concentrador da política de investimentos públicos e privados.

Como contraponto à concentração do investimento, do produto e da renda, emerge um amplo quadro de pobreza e desemprego, que se revela mais agudo e transparente na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na região do Vale do Aço. As estatísticas informam que na RMBH, em abril deste ano, existem cerca de 345 mil desempregados, representando 18% da população economicamente ativa da região.

Historicamente, Minas Gerais, em que pese a seu imenso potencial de desenvolvimento e efetiva contribuição ao crescimento do País, vem exportando seu ativo mais valioso, ou seja, seus recursos humanos. Os números indicam que, em 1991, havia 3 milhões de mineiros radicados em outros Estados da Federação, sendo que apenas em São Paulo existiam 1.800.000 de mineiros ali residentes. Essa emigração maciça resultou de ausência de perspectivas de emprego e renda em nosso próprio Estado. A ineficiência da política econômica recente revela-se também nos dados de distribuição de renda para 1997. Cerca de 7.500.000 de mineiros, 49% da população total do Estado, dispunha de renda inferior a meio salário-mínimo. A agricultura de Minas apresenta, ao lado de focos de modernidade, problemas cruciais que devem ser equacionados, em face de seu potencial de produção, de geração de emprego e renda. Basta dizer que, entre 1985 e 1995, os estabelecimentos agrícolas com menos de 100ha sofreram redução de 44 mil unidades - 11% do total de estabelecimentos dessa categoria - e 366 mil postos de trabalho, reforçando o fluxo migratório campo-cidade.

Esses são alguns dos diversos desafios a enfrentar. Essa é a dura realidade a ser transformada. Não vou me referir aqui àqueles setores da economia moderna de Minas Gerais, certo estou da contribuição que vêm dando ao Estado e à nossa economia, em termos de produção e de emprego. O Governo tudo fará para preservá-los, nos limites da ética e do interesse público.

Cabe examinar, ainda que sumariamente, o papel do Estado na condução desse processo. A tarefa a ser realizada revela alta complexidade, pois se trata de operacionalizar o projeto de desenvolvimento, fundado no conceito da sustentabilidade, em que a visão política de longo prazo e ampla participação da sociedade, na busca da equidade social intra e intergerações, são traços marcantes. Rejeita-se, com ênfase, a idéia do Estado mínimo, cuja existência em Minas e no Brasil beira ao absurdo. Se é verdade que há 20% da população que usufrui das benesses que o Estado mínimo pode proporcionar, há 80% de seres humanos diante dos quais o Estado se mostra insensível, cego e surdo. Aos excluídos não resta senão a ação estatal que assegure a cada um o direito à dignidade e à reinserção social e a volta da esperança. Cabe ao Estado democrático universalizar esses direitos para que se possa alcançar o bem comum.

O planejamento é o grande instrumento para a consecução dessa tarefa histórica. Estamos resgatando sistema de planejamento do Estado e reintegrando-o no processo de formulação das políticas públicas. O caráter inovador desse instrumento encontra-se na forma de planejar - em que o conceito básico é a sustentabilidade; a região, o seu foco, e a participação popular, o seu mecanismo. Essas dimensões - sustentabilidade do processo, regionalização e participação da sociedade na formulação das políticas públicas - possibilitarão a transparência necessária às ações governamentais, permitindo que as pessoas, co-responsáveis pelo que se planejou, acompanhem efetivamente a execução do que foi decidido. Aperfeiçoar esse mecanismo significa consolidar a democracia, pelo atendimento às aspirações da base social e pela reflexão sobre as obrigações de cada um dos grupos envolvidos no processo de construção da sociedade mineira. A partir dessa concepção do planejamento, formularam-se as suas diretrizes para a orientação de todo o sistema empenhado na formulação do plano, dos programas e dos projetos. Essas diretrizes, Sr. Presidente, são:

1 - operacionalização permanente do conceito de sustentabilidade, ou seja, priorizar a mudança social, ampliar as oportunidades, conciliar crescimento e eficiência econômicas, preservar o meio ambiente, a qualidade de vida e a equidade social, com base em rigoroso compromisso com o futuro e com a solidariedade entre as gerações. O exercício profissional e intelectual desse conceito significa construir uma consciência social, quer nas comunidades, quer nos níveis técnicos e políticos envolvidos na difícil tarefa de governar, de construir e consolidar um sistema político democrático.

2 - A participação da sociedade na discussão do orçamento e na gestão dos planos e dos projetos. A integração do Estado com os cidadãos e com a sociedade de forma geral gera vantagens políticas e administrativas para ambos os lados. Permite maior divisão de responsabilidades entre as partes e legitima as ações governamentais; confere transparência ao Governo e oferece oportunidades ao cidadão de fiscalizar, opinar e oferecer soluções administrativas. E será agora ainda mais enriquecida com a implementação das audiências públicas do orçamento e do planejamento participativo. Nosso objetivo será transformá-la numa preocupação permanente dos administradores públicos, que deverão colocar sempre em primeiro plano o envolvimento da população na discussão e na gestão dos projetos em que isso se fizer possível. Com esse fim, serão instituídos mecanismos e fóruns adequados, visando à articulação dos diferentes atores da sociedade e do Estado.

3 - A regionalização do planejamento e da ação governamental

Embora diferentes Governos tenham dividido o Estado em regiões de planejamento, nunca houve a utilização das regiões como fator determinante na elaboração do planejamento do

Estado. O planejamento nunca foi pensado do ponto de vista das regiões. Nenhum dos planos traçados em épocas anteriores procurou realçar a extraordinária diversidade das regiões mineiras. As diversas regiões de Minas apresentam perfis distintos de distribuição de renda, estrutura fundiária e de base econômica. Qualquer plano de desenvolvimento do Estado que não se baseie no estudo dessas diferenças e em políticas regionais diferenciadas estará fadado ao fracasso. Ao mesmo tempo, o Estado apresenta ações regionais oriundas dos seus diversos órgãos desarticuladas entre si, pois não existiam mecanismos de sua coordenação e planejamento. Por outro lado, inexistem, até o momento, fóruns que estimulem a participação popular, aproximando o Estado dos cidadãos e propiciando o envolvimento da população local na definição das prioridades regionais de desenvolvimento e na defesa dos seus interesses. A proposição do Governo é que o planejamento do Estado seja formulado através dos municípios e das regiões em que estão inseridos, moldando a ação dos diversos órgãos com vistas às características de cada uma delas, aproximando-os entre si e integrando-os com a população local, definindo, juntamente com ela, as prioridades a serem alcançadas. E promovendo a integração intrarregional e com a Capital do Estado, centro econômico e político-administrativo, reforçando, assim, a união de Minas.

Com o planejamento regionalizado, haverá total empenho na localização das prioridades específicas e no discernimento das opções mais viáveis para o seu desenvolvimento. O Estado deverá apoiar, de todas as formas, esse processo de localização das referidas opções, fornecendo todas as informações necessárias para a formulação das estratégias regionais. É fundamental o envolvimento, nesse processo, dos Prefeitos, dos empresários, das universidades, das empresas, dos concessionários estatais e das organizações da sociedade civil, para que haja a busca de soluções em comum.

4 - O Estado como propulsor do desenvolvimento.

Minas Gerais não pode prescindir do Estado como agente propulsor do desenvolvimento econômico e social. É importante a ação estatal na atração de investimentos e financiamentos internacionais em obras e investimentos em infra-estrutura, saneamento, rodovias e geração de energia. Paralelamente, a máquina administrativa deverá sofrer profunda racionalização, para que haja simplificação de processos, unificação de procedimentos, corte de custos que não agregam valor aos serviços executados. A gestão comum de projetos interdisciplinares abre espaço para que seja possível a formatação de banco de dados comuns por região e até mesmo a organização de mecanismos de gestão comuns de recursos humanos, financeiros e materiais. Deve tornar-se um mecanismo de transformação da máquina administrativa, iniciando uma reforma do Estado voltada para a cidadania e a participação popular.

5 - Recuperar a capacidade de investimento do Estado

O Estado precisa recuperar sua capacidade de investimento, localizar e atrair linhas de financiamento, nacionais ou internacionais, para investimentos sociais e de infra-estrutura e de apoio a projetos que tragam geração de emprego e renda.

É necessário que as finanças estaduais sejam reorganizadas de tal forma que as receitas próprias cresçam em ritmo acentuado, acima das taxas de crescimento da própria economia mineira. Aqueles que têm impostos a recolher deverão fazê-lo, não sendo admitidos privilégios fiscais nem políticas de benefícios setoriais e desconectadas de uma estratégia de desenvolvimento do Estado. É necessário que haja a solução da questão previdenciária, sem o que, em curto prazo, o Estado ficará inviabilizado administrativa e financeiramente.

6 - Prioridade para o desenvolvimento científico e tecnológico.

O conceito de sustentabilidade implica a promoção pelo Estado do desenvolvimento científico e tecnológico, fundado na legitimação política e social, que incorpore a diversidade regional como indutora da transformação tecnológica e econômica. O Estado de Minas Gerais conta com uma importante infra-estrutura de ciência e tecnologia, composta por universidades, escolas profissionalizantes, parques de incubadoras de base tecnológica, vários centros de pesquisa e uma agência de financiamento apoiada pelo Governo Estadual. Essas instituições, articuladas pelo sistema estadual de ciência e tecnologia, serão estimuladas a pesquisar a competitividade das cadeias produtivas existentes, com ênfase no papel das pequenas e microempresas; a desenvolver projetos de pesquisas sintonizados com as políticas estaduais e regionais de meio ambiente, recursos hídricos, trabalho, educação, cultura, saúde e qualidade de vida; e a consolidar redes de cooperação entre setor produtivo, universidades e centros de pesquisa, visando agregar valor aos produtos mineiros e atrair investimentos externos, fora do âmbito da "guerra fiscal". Para isso, será necessário adotar iniciativas visando integrar os diversos segmentos e instituições, públicos e privados, envolvidos na criação e difusão científica e tecnológica em Minas Gerais.

7 - A logística dos transportes e a infra-estrutura.

A integração inter-regional do Estado de Minas Gerais aos mercados nacional e internacional é determinante para que a nossa economia se torne ainda mais competitiva. A variável transporte tem peso relevante na mensuração da competitividade dos produtos mineiros junto aos consumidores, tanto para o mercado doméstico brasileiro quanto para o mercado externo.

Em face de sua posição geográfica e extensão territorial, o Estado de Minas Gerais detém a maior malha rodoviária e ferroviária do País. Entretanto, essa infra-estrutura está desconectada de ações e mecanismos que estabeleçam uma verdadeira articulação modal visando à obtenção de escalas de volumes e benefício de fretes. A falta de articulação é bem ilustrada na máxima: "o produto mineiro é competitivo até a porteira da fazenda e até o portão da fábrica".

A questão da logística de transportes, todavia, oferece amplas dificuldades, particularmente em seu componente ferroviário. Na medida em que este, enquanto responsabilidade do Governo Federal, foi privatizado sem se considerarem os interesses da economia de Minas, a questão se torna mais grave. Não sendo o Estado de Minas o Poder concedente e na ausência de mecanismo institucional que obrigue, por parte das concessionárias, o cumprimento das obrigações contratuais, torna-se mais difícil encaminhar as soluções que venham a atender as conveniências de escala e de frete.

Por outro lado, na medida em que a criação da Agência Nacional de Transportes insere-se na competência exclusiva da União, não cabe ao Estado de Minas interferir nessa matéria. Restaria, portanto, ao Governo de Minas a função de articular e promover ações junto ao Poder concedente, no caso a União, visando ao encaminhamento das questões relevantes para a nossa economia. Entretanto, algumas ações estão em andamento, dentre as quais destacamos:

- A criação da Câmara Setorial de Logística de Transporte, no âmbito da SEPLAN, enquanto mecanismo que possibilite identificar e articular as demandas do setor, visando à melhoria da eficiência da prestação deste serviço.

- Como resultado das negociações do Governo do Estado com os concessionários, destaca-se o reinício das obras de transposição ferroviária de Belo Horizonte, com investimentos no valor de US\$40.000.000,00.

- O propósito de avaliar a viabilidade de aproveitamento do transporte hidroviário, enquanto componente essencial da logística, como é o caso da navegação dos rios Grande e Paranaíba, bem como do rio São Francisco.

- A duplicação da BR-381 é também prioridade do Governo, e todos os esforços serão envidados para a sua aceleração. O programa estadual de rodovias será implementado de forma a estimular a extensão da rede viária estadual e sua permanente manutenção.

8 - Os setores sociais como vetores do desenvolvimento.

As políticas sociais surgem como vetores essenciais ao processo de desenvolvimento. Saúde, educação e geração de empregos e melhoria da renda são fatores decisivos na melhoria da qualidade de vida da população no aumento da produtividade. A educação tem passado por transformações importantes, após as modificações da legislação federal no sentido de descentralizar os recursos a ela destinados e conferir maior autonomia às instituições de ensino. Em Minas Gerais, diversos desafios permanecem em aberto. O problema da exclusão dos mais pobres do sistema educacional ainda não foi resolvido. Ao mesmo tempo, torna-se necessário aumentar os anos de estudo da população, bem como melhorar a qualidade do ensino, de uma forma geral. Cada vez mais, competirá ao Estado melhorar a coordenação do sistema de ensino público integrado aos municípios e estimulando a identificação das prioridades das diversas regiões.

Na saúde, as desigualdades regionais são imensas, seja em termos das condições de saúde, seja pelo acesso desigual aos serviços. A descentralização desses mesmos serviços tem que ser acompanhada pela formulação de estratégias de abordagem, por região. Para que se alcance a efetiva redução das desigualdades inter-regionais, o Governo Estadual deverá assumir o papel de promotor da integração dos sistemas municipais, organizando o SUS estadual, assumindo responsabilidades na busca da equidade e qualidade. Como as Sras. e os Srs. Deputados ouviram, nossa preocupação é com o desenvolvimento sustentável das diversas regiões mineiras, cuja riqueza maior está na própria diversidade. Desenvolvimento sustentável, regionalização, sim, mas sem perder a ligação política com o seu único coração, que é a nossa Capital.

Só assim veremos, Sr. Presidente, que as muitas Minas, de que falava Guimarães Rosa, em verdade são uma só. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela atenção.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Bené Guedes) - A Presidência vai conceder a palavra aos Deputados que desejarem formular perguntas ao Sr. Manoel Costa. Para tanto, solicita aos nobres parlamentares que se inscrevam junto à Mesa e que, ao fazerem uso do microfone, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as formalidades das saudações pessoais. A cada Deputado será concedido o prazo de 3 minutos para a intervenção, e o Sr. Secretário disporá de 5 minutos para cada resposta.

Debates

O Deputado Durval Ângelo - É com alegria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fazemos um registro de que, pela primeira vez em Minas Gerais, não temos uma Secretaria e um Secretário de Planejamento que é um mero apêndice da Vice-Governadoria do Estado. Hoje, temos uma Secretaria que realmente quer planejar o desenvolvimento deste Estado e, mais do que isso, está imbuída do espírito de promover a participação, por intermédio das audiências públicas, do orçamento participativo e do planejamento. É nesse sentido que vem minha pergunta. Nesta Casa, houve uma discussão de que, para uma integração maior da Assembléia, enquanto Poder, haveria a necessidade de se resolverem as pendências do orçamento relacionadas com as audiências públicas de 1997. Não só pelos R\$20.000.000,00, mas, também, pela credibilidade. O processo tem que ter a credibilidade das comunidades envolvidas. Gostaria de saber em que termos estamos, atualmente, com essa negociação, como ela está avançando no nível do Governo e que resposta as Deputadas e Deputados poderiam dar às suas comunidades.

A segunda questão refere-se ao calendário mínimo, quando esse processo está disparando, que não é apenas de discutir o orçamento, mas também de discutir o planejamento. Quando se dará o início desse processo e qual é a importância, para a Secretaria, do envolvimento da Assembléia nesse processo?

O Sr. Manoel Costa - Meu caro Deputado Durval Ângelo, em primeiro lugar, quero dizer que há, por parte do Governador, um respeito muito grande com esta Casa e seus Deputados. A origem do Governador é o parlamento. No que se refere a mim, devido a uma tradição, pois meu pai esteve nesta Casa por 25 anos, como Deputado, há também um respeito muito grande, e é claro, tanto para o Governador atual como para a própria Secretaria, é importante o papel que os Deputados exercem, em contato próximo com as regiões, a defesa que tem de ser feita no próprio desenvolvimento e a busca de soluções para encontrar, não só a equidade social, mas o próprio desenvolvimento social dessas regiões.

A situação financeira do Estado é mais do que conhecida pelos senhores, e estamos ultimando a solução para essa questão do débito do Estado com relação às audiências públicas. Aguardei, hoje, até por volta das 14 horas, para incluirmos isso na LDO, mas tenho a certeza de que o Governador assumirá essa parte, para que tenha a participação não só desta Casa, mas de todos os Deputados, no processo do orçamento e planejamento. O orçamento é um pouco mais rígido, tanto que, em nível de macro diretrizes, temos condições de apresentá-lo até 30 de setembro, em nível do planejamento. Mas, para o orçamento, a data de 30 de setembro, para o primeiro ano de governo e pelo pouco tempo, ficou um pouco limitada. Dentro do cronograma feito pela Secretaria e pela Subsecretaria de Orçamento, acredito que, na segunda quinzena de julho, iremos iniciar o processo do orçamento, construindo o orçamento participativo e, conjuntamente, as audiências públicas de planejamento.

O planejamento entrará, mas continuaremos a discutir com as regiões, como também com as sub-regiões e as universidades, como disse na minha fala inicial, para que se dê um processo mais dinâmico ao planejamento, e ele não se torne uma questão meramente estática, ou apenas uma peça que será entregue à Assembléia.

Em nível do orçamento, o cronograma vai ser rígido, e não teremos muitas condições, a não ser que esta Casa mude a própria lei, para o que não vejo necessidade, mas será na segunda quinzena de julho. Estamos definindo a data. Ontem, à tarde, terminamos um estudo, e a data tem sofrido modificações. Sobre a parte das audiências, tenho a certeza de que o Governo vai chegar a bom termo com a Assembléia Legislativa.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Secretário, louvo a sua iniciativa de vir a esta Casa expor as diretrizes estratégicas do Governo. Mas gostaria de ouvir o comentário adicional sobre alguns pontos, como a regionalização, a área de ciência e tecnologia e a educação.

Com relação à regionalização, fica claro para mim o que pretende o Governo do Estado. Como pretende dividir em regiões Minas Gerais?

Esta Casa aprovou um projeto criando as regiões administrativas, e sabemos, pelas bênçãos do Governo, de um projeto propondo a sua extinção. Se tivéssemos a extinção como elemento de correção, este País estaria às mil maravilhas. Podemos dar como exemplo o BNH. Foi extinto, e nada foi feito, nada entrou em seu lugar, não existe uma política habitacional satisfatória.

Voltando ao nosso caso, qual seria a proposta do Governo? Minas, pelo seu tamanho e diversidade, como o senhor falou, merece realmente um sistema, ou alguma forma de regionalização. Se não é o atual, qual seria? Se não, corremos o risco de não ficar nenhum.

Com relação à educação, qual a política de educação superior em Minas Gerais? Minha preocupação é que não tem aumentado o número de vagas na escola pública de nível superior no Estado. E o Estado não está assumindo as diversas unidades como legalmente deveria. Qual a proposta para o ensino superior?

Com relação à área de ciência e tecnologia, Sr. Secretário, concordamos plenamente que é uma área estruturante. Tivemos ontem uma reunião nesta Casa muito concorrida para tratar desse assunto. E foi dito por um Deputado da base governista que não é vantagem nenhuma o Governo ter a vontade política de atuar e investir nessa área. O que precisa fazer, antes de qualquer coisa, é cumprir a Constituição. Ou seja, liberar para a FAPEMIG o valor que lhe é devido. E, se for algo que o Estado julgue tão importante, que amplie até esse valor.

Então, Sr. Secretário, gostaria de ouvir o seu comentário sobre esses três aspectos.

O Secretário Manoel Costa - Nobre Deputado Mauro Lobo, queria distinguir aqui regiões administrativas e a idéia da regionalização de planejamento. Talvez no Estado caiba mais regiões que as regiões ditas de planejamento, hoje. Elas estão limitadas a 10 ou 12, dependendo da interpretação. Na realidade, essas regiões nunca foram usadas como regiões de planejamento. Temos uma base de censo, tanto por parte do IBGE quanto da Fundação. Se criarmos uma região, neste momento, iríamos perturbar o processo e confundir mais. Acredito que, no futuro, dentro de um processo, assumindo a prática de um planejamento regionalizado, a tendência será um planejamento, que terá como premissa a hidrografia do Estado. Pela própria natureza, ela já indica o agrupamento.

Estamos com algumas propostas práticas na região Sul, que tendem a se multiplicar. Não é uma coisa fixa. No primeiro ano, partimos da premissa das regiões chamadas de planejamento, mas que são de censo, avançando para que consigamos ampliar o detalhe da proposta do próprio planejamento.

Com relação às regiões administrativas, de acordo com a nossa visão, elas tiveram uma forma que não reflete o que é uma demanda real, extremamente concreta. O Estado é disperso na sua ação. E, fazendo um novo levantamento, vamos separar a questão administrativa do Estado da questão de planejamento. Foi feito um primeiro levantamento pela Secretaria para se ampliar a unificação da ação dispersa do Estado, e não a dispersão; uma ação mais unitária, já que o Estado tem DR em diversas regiões, na área de saúde, na área de trabalho e diversas Secretarias, o que nos indicou que podemos criar de 48 a 58 ações em municípios, já que o Estado está ali aliugando dois ou três prédios, com dispersão de pessoas. Muitas vezes uma Secretaria não sabe o que a outra está fazendo. São ações distintas.

Como racionalizar a ação do Estado em nível administrativo? Não ficamos presos às 25 regionais. Elas podem ser ampliadas como ação administrativa do Estado, e não como regionais. Num Estado desse tamanho, é impossível deixar as coisas ficarem concentradas em nível de Belo Horizonte. A ação do Estado, mesmo quando ele está no interior, é dispersa. Então, estamos separando o planejamento da ação administrativa. Isso pode ficar a cargo até da Secretaria de Administração, porque não caberia uma ação da Secretaria de Planejamento. Há sugestões para que se aproveite mais as próprias associações microrregionais dos Prefeitos, que nelas se concentrem diversos órgãos do Estado, que estão dispersos no interior. É um processo em que uma ida a campo vai nos indicar o melhor caminho para resolvermos essas questões. No fundo, é para a busca da racionalização do Estado.

Sobre a educação: o próprio processo de planejamento da educação, se se levar em conta a regionalização, vai sofrer mudanças, porque a população vai acabar interferindo no processo. Em vez de uma matriz ser gerada em Belo Horizonte, vai se abrir um espaço para que a educação seja discutida nas diversas regiões.

Então, o planejamento passa, também, pela questão educacional. Entrando na questão, em nível superior, com relação aos formandos da UNIMONTES, quais serão as suas opções futuras, ao saírem da Universidade? Há ou não uma integração entre a Universidade e a região, com relação ao seu futuro econômico e ao seu desenvolvimento, ou seja, a regionalização do planejamento, em que a universidade, seja estadual, seja federal, seja particular, participará mais do processo de planejamento, de forma que o aluno, ao entrar na universidade, tenha uma perspectiva de que, formando, haverá uma demanda para a profissão que escolheu, na própria região. Essa distância da forma de planejar cria uma distorção, não apenas na política educacional, mas na de ciência e tecnologia, porque, quando falamos de ciência e tecnologia, pensamos em uma mais avançada e esquecemos que as regiões do Jequitinhonha, do Mucuri, do Norte, do Noroeste e do vale do rio Doce têm pequenos avanços, no que se refere à tecnologia, para que possam sair do estágio atual. Com relação à própria irrigação, que é uma arte dominada há milhares de anos, temos dificuldades para que os novos irrigantes, que chegarem a Jaíba ou a outras regiões, aprendam essa tecnologia. Isso já poderia ter sido resolvido. A idéia é adequar a tecnologia à região. Para isso, precisamos de recursos. Dessa forma, os recursos, que são constitucionais, passam a ter um uso voltado, realmente, para aquilo a que se destinam. Acredito que, com a regionalização, o cumprimento da Constituição será muito mais efetivo, possível e real. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Hauelsen - Secretário Manoel Costa, foi um prazer ouvi-lo aqui, hoje. Temos uma Secretaria de Planejamento que, de fato, está planejando, de uma maneira racional e justa, para que haja, realmente, uma preocupação e uma atenção para com aqueles do Estado que, até hoje, foram excluídos. Quando V. Exa. falou da necessidade de um planejamento sob a ótica das regiões, alegrei-me, porque comecei a ter esperança de que a nossa região do Mucuri e do Jequitinhonha será lembrada neste Estado. Sabemos que todo o investimento público e privado que se fez neste Estado foi, de maneira geral, canalizado para as regiões ricas. Até admito que o setor privado procure as regiões mais ricas, porque visam ao lucro, mas o Estado não pode ser, de fato, mínimo, como V. Exa. disse. Nesse momento, enquanto V. Exa. falava, lembrava-me de uma visita que fizemos ao Ceará, na semana que passou. Voltei com uma santa inveja, satisfeita com o que eles têm, mas triste, porque não temos aquilo ainda. Lá, há escolas tecnológicas especialmente voltadas para as regiões mais pobres do Estado. Há o Centro de Ensino Tecnológico, feito para escolas superiores. Já existem quatro escolas de ensino superior em regiões pobres. Os cursos, em cada uma delas, são oferecidos de acordo com a vocação da região. De lá, sairão técnicos com toda a possibilidade de terem o seu trabalho. Há outra escola, o Centro Vocacional do Trabalho, que é mais aberta à população, não se exigindo o 2º grau; até autodidatas que trabalham na carpintaria, no setor de eletricidade ou de computação, mas que são autodidatas e que erram muito, vão para lá, para buscar experiências e aprender mais, para se tornarem trabalhadores qualificados.

Encheu-me de alegria ver que o Ceará traz um projeto novo para atender as regiões empobrecidas, o qual, sem dúvida, irá modificar a face do Ceará, se for continuado. Na nossa discussão com professores qualificados, mestres e doutores que lá estavam, um deles mencionou a experiência da Espanha, que era um dos países mais pobres da Europa e, hoje, está em boa situação sócio-econômica. A explicação para essa mudança foi o investimento em uma geração. Secretário Manoel Costa, se o Estado de Minas Gerais resolver atender as regiões empobrecidas, investindo em uma geração, ele terá saída, e nosso povo sairá enriquecido da experiência.

O Secretário Manoel Costa - Nobre Deputada, a senhora conhece muito bem os dados das regiões do Estado. Quando analisamos a situação da região do Jequitinhonha, que, hoje, tem um PIB "per capita" de R\$1.100,00, vemos que o Estado não tem uma situação excepcional. Podemos comparar esse dado com os de outras regiões, como a do Triângulo, que tem uma renda "per capita" de R\$4.200,00. Já no Norte, a renda "per capita" é de R\$2.700,00, enquanto no vale do Mucuri ela é de R\$1.700,00. O mais alarmante é que o Estado, como um todo, está com a renda de R\$3.800,00, abaixo do Brasil, cuja renda "per capita" é de R\$4.400,00. Se mantivermos o nosso crescimento atual e São Paulo ficar estático, com os seus R\$6.800,00, iremos demorar 37 anos para atingir o seu nível atual. Mesmo o Rio de Janeiro tem R\$6.300,00, enquanto o Rio Grande do Sul tem R\$5.800,00, o Paraná tem R\$5.000,00 e Santa Catarina tem R\$4.900,00. Depois, temos o Brasil com R\$4.400,00 e só então Minas Gerais, com R\$3.800,00. Portanto, quando surge, na orientação do Governador do Estado Itamar Franco, a regionalização, ela vem como uma forma de medir a eficácia do Estado, ou seja, se ele foi competente. É muito fácil apresentar um dado estatístico global para um crescimento natural espontâneo frente à expansão da economia paulista, quando, na verdade, apenas o Triângulo, o Sul e o Sudoeste estão crescendo. Assim, vai se tornar mais transparente a ação do Governo Itamar Franco, demonstrando a sua atuação nessas regiões mais deprimidas economicamente, e também a forma da ação do Estado como um todo, das secretarias, autarquias e outros órgãos em particular. A idéia é a regionalização do próprio orçamento, de forma a termos um quadro mais nítido.

Assim, acredito que, primeiro, poderemos conhecer a realidade, que é triste. A nossa realidade não nos alegra, mas temos que medi-la. Esse é o primeiro ano do Governo Itamar. No segundo ano, mediremos se foi eficaz ou não, assim como no terceiro e no quarto. O mais proveitoso de toda essa ação é o fato de que a região terá o seu projeto de desenvolvimento, ou a sua sub-região, de forma que, em um futuro imediato, a ação para tal desenvolvimento tenha a parceria do ser humano da região. Muitas vezes, não é a única solução atrair uma grande empresa, com uma renúncia fiscal que tem nos comprometido financeiramente. É necessário haver o envolvimento da região em seu processo de desenvolvimento.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Secretário, é uma satisfação poder ouvi-lo nesta tarde, pois o senhor traz informações importantes sobre o planejamento, sobre a estratégia que o Governo do Estado pretende desenvolver em seu mandato.

Gostaria de fazer indagações referentes a uma questão mais imediata. Esta Casa votou, recentemente, um projeto de lei do Governador que recebeu contribuições, isto é, houve uma fusão de diversos projetos de matéria tributária e financeira que aqui tramitavam, tendo por base a proposta inicial do Governador, ou seja, a da venda de créditos de direitos tributários, a fim de se auferirem recursos, numa tentativa de se enfrentar, sobretudo, de uma forma emergencial e prioritária, a questão do décimo-terceiro. Dentro do planejamento do Estado, gostaria de saber como fica essa questão, ou seja, qual é a previsão feita pelo Governo quanto à utilização prática desse projeto, quanto à anistia, à venda desses direitos, à receita a ser apurada e a sua vinculação ao pagamento do 13º salário de 1998, que é um compromisso do Estado, como ente federativo, para com seus funcionários.

Seriam essas as minhas observações. Mais uma vez, gostaria de parabenizar V. Exa. por sua presença nesta Casa, a qual enriquece muito o nosso debate, que é uma obrigação nossa como representantes do povo.

O Secretário Manoel Costa - Muito obrigado. Nobre Deputado Antônio Carlos Andrada, o Governo já deixou claro que essa questão é uma prioridade, pois temos uma preocupação muito grande com o funcionalismo. Se até este momento não saldamos o débito relacionado ao décimo-terceiro de 1998, foi pela situação do caixa. No entanto, dentro do possível e sacrificando qualquer investimento, é nossa prioridade saldá-lo e resolver essa questão. É difícil avaliar se serão R\$280.000.000,00; é difícil quantificar o que o Estado pode auferir com a venda dos créditos. Tenho a certeza de que a primeira medida será liquidar e resolver essa questão dos atrasos das parcelas. Quando o Governador referiu-se a 24 parcelas, não disse 24 meses, disse 24 parcelas, ou seja, num mês poderá acertar todas as parcelas restantes. Então, esse é um compromisso e uma preocupação do Governador.

Gostaria, então, de tranquilizá-lo, porque estamos envolvidos com a busca de tais recursos, procurando racionalizar o Estado, a fim de que possamos saldar não só esse compromisso, mas também outros pendentes em outras áreas. A sua preocupação, Deputado, é justa, e essa também é uma preocupação do Governo Itamar Franco.

O Deputado João Batista de Oliveira - Caro Secretário Manoel Costa, gostaria de saudar sua presença nesta Casa, dizendo que temos uma esperança muito grande de que o orçamento, no Estado de Minas Gerais, se torne matéria popular; de que o povo dele se apodere, percebendo que não é algo tão distante. Portanto, tenho essa esperança e gostaria de ressaltar a sua intenção de que o orçamento passe a ser uma peça popular no cotidiano das pessoas.

Quero fazer um questionamento relacionado ao semi-árido mineiro, ao Norte de Minas, onde V. Exa. foi majoritário nas eleições de 1982 e cujo povo representou muito bem. Temos uma dificuldade muito grande no que diz respeito aos investimentos na área mineira da SUDENE, porque Minas não está toda na área da SUDENE. Então, todos imaginam o PIB de Minas Gerais dividido por igual, quando existem muitos que têm muitos pães e muitos que não têm pão nenhum. Vemos que o orçamento participativo tem de ser melhor que o de Belo Horizonte, por exemplo. Belo Horizonte investe 3%, coloca o povo a se engalfinhar na discussão do orçamento e acaba fazendo apenas obras superficiais nos bairros, deixando de fazer as obras fundamentais. Enquanto isso, as obras para as elites são decididas solidariamente pelo Prefeito, em seu gabinete, naturalmente em companhia dessas elites.

Então, gostaria de propor que o orçamento tivesse uma parte compensatória para as regiões que já entram em desvantagem na disputa, para as regiões onde o nível de vida e a renda "per capita" são baixos, para que elas não tenham que se engalfinhar para votar o orçamento e aprovar, nas assembléias populares, o que é básico - ou seja, que o básico já seja naturalmente defendido pelo Poder Executivo, para que as pessoas possam ter a oportunidade de sonhar.

Gostaria, também, de um comentário seu sobre a região do Centro de Minas, que tem 13 municípios, de Curvelo e Corinto até Buenópolis. Acima dessa região, a partir de Bocaiúva, já se está na área da SUDENE; à esquerda, a partir de Lassance, e à direita, a partir de Diamantina, também; e, vindo-se para Paraopeba, já se está no Anel Metropolitano. Entretanto, ela não pertence a nenhuma dessas regiões, muito embora tenha os mesmos problemas. Nossa proposta, que gostaria que V. Exa. comentasse, refere-se à possibilidade de uma política de investimento, pois trata-se de uma região com muito potencial, mas que não vem recebendo nenhum investimento, nenhuma política compensatória. Obrigado.

O Secretário Manoel Costa - Nobre Deputado João Batista de Oliveira, o momento que estamos enfrentando neste ano tem um lado ruim, porque a idéia inicial era destinar 1% do orçamento para o orçamento participativo, mas não temos condições de garantir 1% para o ano 2000. Mas acho que isso tem um lado positivo, porque nos obriga a discutir mais o orçamento, como um todo. Então, teremos um processo extremamente democrático para discutir o orçamento do próprio DER-MG, da Secretaria da Saúde, da Secretaria da Educação, de todos os órgãos, empresas, autarquias e secretarias de Estado. E acho que haverá um avanço muito grande. Hoje, a população desconhece o processo; sabe que paga impostos, mas muitas vezes não sabe onde está sendo gasto esse recurso. Então, acho que isso é um avanço ligado ao próprio planejamento, que também perdeu um pouco a tradição, que é uma coisa relativamente recente no Brasil, tendo surgido mais ou menos em 1950, com o próprio desenvolvimento da SEPAL e com Juscelino, que foi um dos primeiros a usá-lo. Discutindo o orçamento e o planejamento, vamos poder não apenas definir e conhecer mais a realidade das regiões, como também sua própria alternativa e vocação, para saber como elas podem impulsionar o desenvolvimento. Muitas vezes, o planejamento fica muito genérico, e, hoje, não temos nem uma base de dados, para dizer (...). Ou seja, falta informação, em relação a pesquisa, e essa é uma questão que já estamos discutindo com a Fundação João Pinheiro, para aprimorar a pesquisa e definir. Muitas vezes, a vocação está ali e é conhecida por todos, mas como os Prefeitos não têm uma ação unitária, não procuram se unir para criar alternativas de desenvolvimento, o que já está começando a surgir, mas de maneira embrionária, não organizada. Então, o orçamento participativo é um avanço em relação à democratização do processo. O planejamento, por meio dessas audiências - o que será um processo contínuo -, será um complemento. Ou seja, o orçamento, na realidade, é uma peça do planejamento. Então, vamos estar retomando um processo democrático. Acredito que, se não tivéssemos tido o golpe de 64, isso já estaria ocorrendo no Brasil há mais tempo, mas, infelizmente, tivemos esses dois infortúnios: o golpe de 64 e, depois, a própria mudança da orientação econômica do Governo - não só este, pois isso já vem há certo tempo -, na qual acabou predominando uma visão - de que todos falamos, e é real - do FMI. Então, a democratização do processo não ocorreu, esse é o início do processo, com relação ao Estado.

Vocês têm uma experiência aqui na Assembléia extremamente louvável, que é a audiência pública, e, que não pode ser perdida. Temos de resgatar essas audiências. Por isso, há um interesse para que essa questão seja resolvida de uma maneira rápida e que a Assembléia participe desse processo. Temos aqui Deputados de quase todas as regiões do Estado, e vejo a dificuldade de vocês, na sua região, quando a população e o Prefeito perguntam: "Qual é a alternativa para nós? Que empresa virá para cá?". Muitas vezes a solução está por ali mesmo, e, se tivermos confiança, acabaremos atraindo não uma megaempresa, mas uma pequena, que vai induzir uma nova formação, mudar um pouco a característica e impulsionar o desenvolvimento local e regional. Isso é um processo. Não vem pronto e acabado. Não. É um processo, mas é fundamental para essas regiões, como essa próxima de Curvelo, e mesmo regiões do Norte, que têm uma potencialidade muito grande. Muitas vezes a não-existência de chuva é problema, mas deixa de ser quando se tem água. O uso que estamos fazendo da irrigação no Estado é muito limitado ainda. Não sabemos e não fizemos uso de toda a potencialidade que o Estado tem quanto a irrigação, não só no Norte, nos afluentes do São Francisco, próximos a Jaíba, mas na região Noroeste, também, que tem uma potencialidade enorme, que espontaneamente já está se desenvolvendo, quase sem a influência do Governo. O Governo está passando o largo do desenvolvimento do Noroeste. Penso que, para a região, o orçamento e o planejamento vão ser o início do que pode mudar a característica do Estado de Minas Gerais.

O Deputado João Pinto Ribeiro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro amigo Secretário Manoel Costa, não vou fazer nenhuma pergunta, vou apenas cumprimentá-lo, porque fico feliz em vê-lo à frente da Secretaria do Planejamento. Conheço há muito tempo o nobre Secretário, sei que tudo o que está falando são idéias suas já de há muito tempo, como a vontade que tem de distribuir melhor a renda em nosso País e em nosso Estado, pois há quase 20 anos, quando nos conhecemos, V. Exa. já falava sobre a pobreza e o desemprego. E parece que essa situação, ao invés de melhorar, até piora a cada dia que passa em nosso País.

No passado, falava-se em marginais, em relação àqueles que viam a água passar e ficavam às margens do rio, quer dizer, à margem de todo o processo de desenvolvimento, de tudo de bom que o desenvolvimento nos traz. Hoje, deixamos de falar em marginais, passamos a falar em excluídos, que é a mesma coisa. Os marginais ficavam à margem, e os excluídos estão excluídos dos bens que a sociedade evoluída trouxe para cada ser humano.

Em nosso País a injustiça é tão grande que aqui, por exemplo, existem ótimas universidades públicas, universidades federais, mas entrar numa universidade pública, só os mais ricos podem. É só ir a um pátio de uma universidade para ver os carros, os melhores carros, e, se olharmos as salas, veremos os mais bem nutridos, os melhores da sociedade. Este é um País onde as crianças menores, crianças de seis, sete anos vão para a escola e não sabem ler, porque não fizeram o pré-primário. As melhorezinhas fizeram pré-primário e aprenderam a ler. Então, aquela criança mais pobre não sabe ler, e a outra aprendeu a ler numa pré-escola, que só o particular pode pagar. E há a população que, nas regiões pobres do vale do Jequitinhonha ou do Norte, não pode sequer comprar remédio.

Hoje vou apresentar um projeto de lei que autoriza os postos de saúde pública a vender remédios que, por exemplo, são vendidos obrigatoriamente com receita médica, mas que não podem ser repassados, porque não há farmacêutico. As pessoas, então, têm de andar 200km, 300km, para comprar remédio. Vivemos em um país em que a questão de justiça é gravíssima. O excluído, a cada dia, é mais excluído de tudo de bom que a sociedade oferece. Por isso fico muito feliz em vê-lo à frente da Secretaria do Planejamento, porque o conheço muito de perto, conheço suas idéias e sua vontade de acertar. Só mesmo pessoas com a determinação de V. Exa. podem facilitar as coisas. Estou acompanhando a máquina pública do Brasil como um todo, não só no Estado de Minas Gerais; ela é muito ruim. Funciona muito mal o serviço público brasileiro. Só pessoas determinadas como V. Exa. podem dar um novo alento, uma nova direção para o País. Parabéns pelo esforço e pela dedicação à frente da Secretaria.

O Secretário Manoel Costa - Nobre Deputado João Pinto Ribeiro, amigo de longa data: o Deputado vê o sofrimento do povo, não é um tecnocrata, disputa o voto, conhece a realidade do Estado, conhece o sofrimento de todos, das regiões. Faz uma via-sacra constante. Sofre com a população, ao ver a miséria ampliando. Realmente, não é uma tarefa fácil. Minas tem a felicidade de ter um Governador determinado e ousado. Isso facilita em parte. As mudanças têm que ocorrer em todos os níveis. Uma discussão que seria aparentemente simples, planejamento regionalizado, sub-regionalizado, participativo, orçamento participativo, podem ser palavras, podem ficar apenas no texto, mas a determinação e a orientação do Governador me alegam. A identidade com esse ponto de vista, com essa nova prática que ele quer introduzir trará benefícios para todos. O papel do Deputado se tornará mais nobre, uma vez que ele irá participar, conhecer, sugerir e ser co-responsável pelo desenvolvimento regional. Vamos introduzir, mediante essa parceria com a Assembléia Legislativa, um novo mecanismo. O que interessa ao Governador, à Secretaria e a todos os Deputados é que o Estado possa chegar mais perto e solucionar o problema das pessoas. São as pessoas que sofrem. Não importa onde estão, se no Jequitinhonha, no Norte ou, mesmo, na periferia de Belo Horizonte. Concordo plenamente com V. Exa. Não é uma tarefa fácil e requer a unidade, a união de todos. Mesmo assim, é pouco, porque a situação do Estado, a pobreza tem ampliado. Agradeço muito as palavras de V. Exa.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ilustre Secretário Manoel Costa; em primeiro lugar, gostaria de, em nome da Bancada do PDT, aplaudir sua vinda a esta Casa Legislativa mais uma vez. V. Exa. sempre tem estado aqui, ora junto ao Colégio de Líderes, ora junto às bancadas. Essa é uma atitude que entendo como muito boa, participativa e de valorização da classe política. Esse diálogo aberto e explícito mostra a sensibilidade política de V. Exa., que já foi parlamentar, é filho de um grande parlamentar que honrou e dignificou esta Casa, o Deputado Manoel Costa. Aproveitamos essa oportunidade para, a exemplo dos nossos colegas que estão aqui e que já falaram, dizer que estamos realmente confiantes e certos de que V. Exa., com seu trabalho efetivo, com sua equipe, alcançará resultados positivos para o nosso povo. Gostaria de pedir a V. Exa., segundo sua ótica, que nos desse algumas informações - ou, mesmo, uma informação - sobre as perspectivas de eletrificação rural. Defendo uma região - a Zona da Mata - que, em cerca de 65 municípios, é atendida pela Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina. V. Exa. bem sabe que a CEMIG cobre praticamente todo o Estado, e, no Sul de Minas, ainda há a Companhia Bragantina, que atende a nove municípios.

Vou me fixar na Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina, que atende a cerca de 65 municípios mineiros. Na região, ainda temos um déficit de eletrificação de cerca de 13 mil produtores rurais. Outrora, a região era muito rica em atividade agropecuária, mas, ao longo do tempo, empobreceu, porque não diversificou as suas ações. Agora, está retomando, aos poucos, a sua condição de região também de vanguarda nesse setor. Precisamos, principalmente os pequenos e médios produtores, desse atendimento do Governo.

Gostaria de saber como V. Exa. vê esse nosso anseio e como o Governo fará para dar continuidade à eletrificação através da Secretaria de Minas e Energia. Segundo soube, o Secretário de Agricultura, Raul Belém, está buscando recursos em Brasília. Como o Governo poderá atender a nossa região da Zona da Mata, que, realmente, coloca em primeiro plano a questão da eletrificação rural?

O Secretário Manoel Costa - Sr. Deputado, essa é uma prioridade do Governo Itamar Franco. Hoje, nos jornais, saiu uma programação da CEMIG com relação à eletrificação rural. Também há um programa da Secretaria de Minas e Energia para regiões às quais, neste momento e nos próximos anos, não teremos condições de levar luz, criando alternativas de geração de energia para atender a toda essa demanda.

Com relação à Cataguases-Leopoldina, gostaria que V. Exa. me desse um prazo de 10 a 15 dias, para que, conforme a programação da própria CEMIG, nós ampliássemos essa discussão. O assunto da CEMIG mostra como foi importante, na visão do Governador, não acelerar nem privatizar a CEMIG. Ela é um instrumento, uma agência de desenvolvimento para o Estado. Se o assunto estivesse relacionado à CEMIG, tenho certeza de que lhe responderia agora. Como o assunto envolve uma empresa privada, solicitamos

esse prazo para que possamos responder concretamente a sua questão.

O Deputado Marco Régis - Secretário Manoel Costa, é para nós uma honra poder saudá-lo nesta Casa e, ao mesmo tempo, interpelá-lo. Conhecemos de longe a sua trajetória política, inclusive como parlamentar na Câmara dos Deputados. Já foi dito pelo Deputado Benê Guedes que V. Exa. teve o seu pai, o saudoso Deputado Manoel Costa, Presidente desta Casa Legislativa, na antiga Assembléia, na Rua Tamoios, onde tive a oportunidade de conhecê-lo.

Temos a certeza de que a sua presença na Secretaria do Planejamento é, para nós, mineiros, especialmente para nós, parlamentares, a certeza de que esse planejamento das finanças mineiras será bem feito, tanto no orçamento plurianual quanto no orçamento anual, e de que V. Exa. vai, realmente, priorizar as áreas sociais e ter parcimônia nesse investimento.

E, assim, imprime um orçamento democrático como filosofia de trabalho, como já tivemos a oportunidade ver, quando reunidos com o Secretário Milton Tavares.

Então, neste momento, queremos fazer um apelo a V. Exa., porque creio que poucos Deputados representam pequenas cidades. Está aqui o Deputado Dalmo Ribeiro, que representa Ouro Fino, cidade com menos de 30 mil habitantes, e eu, que represento Muzambinho, com 18 mil habitantes. Poucos Deputados são eleitos por tão pequenos colégios eleitorais.

Recentemente, fui à Secretaria da Fazenda cobrar uma mudança administrativa que não privasse a minha cidade de um escritório regional ligado à Secretaria e que cortasse outras três cidades agregadas ao escritório regional da minha cidade.

Por que não pensarmos nesse desenvolvimento, quando tanto se fala em fixar o homem no campo, fixar o homem nos pequenos aglomerados urbanos? Por que nós, do planejamento estadual, não pensamos que as pequenas e médias cidades podem congregam áreas administrativas?

Vejo isso até nos consórcios intermunicipais de saúde. Fizemos um consórcio intermunicipal em nossa região, do qual Alfenas, por excelência, sendo um ponto de referência, é a sede, apesar de existirem cidades tão importantes vinculadas, como Guaxupé. E tudo é destinado a ela, porque, realmente, é o ponto de referência, é uma cidade universitária e tem um hospital universitário.

Então, peço a V. Exa. que pense na pequena cidade, nos pequenos povoados. Conheço, por intermédio do Sr. Afonso Vítor, seu excelente assessor especial, os projetos estruturantes da sua Secretaria. Por isso, parabeno-o e peço-lhe que enxergue a pequena cidade, o pequeno povoado, para conseguirmos que o povo fique no campo e nas pequenas cidades. Muito obrigado.

O Sr. Manoel Costa - Muito obrigado. Nobre Deputado Marco Régis, acredito que, se há mais tempo estivéssemos praticando uma política de planejamento mais regionalizada no Estado, teríamos diferenças. É claro que temos deformações estruturais, antigas e longas, como a questão da reforma agrária, que sempre foi uma limitação à fixação do homem no campo. E há outras condições que também impedem que o homem encontre qualidade de vida nas pequenas e médias cidades.

Mas acho que a regionalização do planejamento vem, exatamente, para dar uma resposta ao seu anseio e à população que vive no interior, porque ele deixa de ser determinado por uma ótica estritamente econômica, visando atender e desenvolver, muitas vezes, potencialidades que estão adormecidas por uma ação do Estado, como indutor, aglutinador.

Recentemente, no Sul de Minas, recebemos um trabalho provocado por diversas universidades, que é a EPTV. Já há uma busca espontânea nas regiões para encontrar seu autodesenvolvimento ou seu desenvolvimento auto-sustentável, seu planejamento.

Também recentemente, a Prefeitura de Uberlândia fez um planejamento. Poderia ter levado em consideração outras cidades ou a microrregião de Uberlândia, mas só ficou restrito a ela.

Há uma iniciativa ocorrendo na Zona da Mata, com o Prefeito Tarcísio Delgado, que montou um consórcio com recursos internacionais, para uma ação de planejamento localizada.

Então, essa ação espontânea já está ocorrendo. Se o Estado participar de uma maneira mais ativa, através da Fundação João Pinheiro, da própria Secretaria, do BDMG, a ação se tornará concreta mais rapidamente. E isso, em todas as áreas. Posso dar exemplos de Mucuri ou de Teófilo Otóni, que são regiões com potencialidades. Com uma ação regionalizada, com uma ótica local, ouvindo a população, as lideranças, as universidades, as associações microrregionais de Prefeitos, teremos respostas em curto espaço de tempo. Insisto nessa visão de planejamento. Só para dar uma idéia, na França, que é menor do que Minas Gerais, o planejamento regionalizado já é feito há muitos anos. Já imaginou se a França ficasse restrita a um planejamento só de Paris para todo o restante ou a uma política em que o Estado planeja o todo sem ouvir as partes. Ocorre o que ocorreu, e essa é a realidade do que vivemos no passado e da própria gestão do planejamento. O fato de o Governador propor o planejamento regionalizado e sub-regionalizado é para que ele esteja mais perto do cidadão e das pequenas e médias cidades do Estado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Nossos cumprimentos ao Secretário do Planejamento Manoel Costa e, na pessoa dele, ao Secretário Adjunto Newton Tavares e a toda a sua equipe. Quero também cumprimentá-lo pela proposição de um planejamento em que as políticas públicas sejam transparentes, responsáveis, atuando do ponto de vista das regiões. Quero mencionar a sua fala relativamente ao orçamento participativo. V. Exa. sabe que o orçamento participativo, para nós, do PT, é um projeto que valorizamos. Acreditamos que nesta sua administração à frente da Secretaria do Planejamento, o orçamento participativo possa ser viabilizado.

Esse projeto viabiliza uma inversão de prioridades, sendo possível investir mais nas regiões mais pobres, mais distantes, com transparência, democratização do planejamento e participação popular, com a fundamental participação da Assembléia. Não queremos contrapor orçamento a audiência pública. Queremos somar as experiências que vão enriquecer o planejamento, a proposta do Governador Itamar Franco, e dar possibilidade às Lideranças de priorizar o investimento dos escassos recursos do Estado. Sabemos do esforço que vem sendo feito pelo Governo para inverter essa realidade, que foi herdada.

Queremos solicitar de V. Exa. que possamos unir esforços para viabilizá-los na prática. O orçamento participativo não está pronto, pois é construído. Queremos que, cada vez mais, ele seja aperfeiçoado. Há várias experiências nesse sentido, em algumas cidades, como em Betim, apesar das dificuldades iniciais motivadas por rejeição de lideranças com receio de perderem o poder quando, ao contrário, o orçamento participativo reforça o poder dos parlamentares quando querem o bem da população. Quero contar com o apoio de V. Exa. para que esse projeto seja viabilizado no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Secretário Manoel Costa - Nobre Deputada Maria Tereza, quero confirmar que sou um entusiasta do orçamento participativo. Na realidade, vamos aproveitar as assembleias do orçamento para avançar no planejamento, de forma que as demandas, as reivindicações das regiões onde ocorrerão as assembleias, sejam aproveitadas para o planejamento. Houve uma grande comunhão da idéia do orçamento participativo e a do próprio planejamento. Quero tranquilizá-la dizendo que, além de se tratar de um entusiasmo pessoal, é uma determinação do próprio Governador.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Sr. Secretário Manoel Costa, quero dizer da nossa alegria por tê-lo em nossa Casa. Queremos parabenizá-lo pela exposição e dizer de nossa confiança - principalmente nós, que fazemos política no Norte de Minas, no vale do Jequitinhonha - na pessoa de V. Exa. O senhor conhece nossa região, muito bem conhece, como a palma da mão, e tenho a certeza de que nas suas mãos e nas do Governador Itamar Franco está o resgate da cidadania daquela população.

Venho, mais uma vez, de público, solicitar a V. Exa., sabendo já do seu empenho, juntamente com o Ministério de Políticas Regionais, a agilização de nossa demanda, que é muito importante, em relação às frentes produtivas. O Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha dependem fundamentalmente dessas frentes produtivas, porque a população realmente é carente, as prefeituras são beneficiadas, a população é beneficiada, e esse salário de R\$80,00 é de suma importância para as famílias do Norte de Minas. Faço, mais uma vez, um apelo a V. Exa., já ciente do seu empenho e do empenho do Governador Itamar Franco, para que possamos agilizar nossa demanda e a ela atender o mais rápido possível. Muito obrigado. Parabéns por estar aqui.

O Secretário Manoel Costa - Nobre Deputado, gostaria apenas de dizer que o Governador já encaminhou a proposta ao Ministro. Já tínhamos recebido os decretos de 96 dos municípios que estavam em situação de emergência. Foi elaborado um plano que abrange 187 municípios e que já está com o Governo Federal, e esses 96, já há mais tempo. Além da preocupação com essa nova situação de emergência, que precisamos enfrentar no Norte, estamos tentando, já há algum tempo, solucionar as pendências com relação ao ano passado, pois há um débito, por parte da SUDENE, de cerca de R\$3.000.000,00. O Governo Itamar, assim que assumiu, pagou uma parte dos compromissos que o Governo passado, por uma situação de caixa, não havia pago, e estamos aguardando uma decisão, tanto por parte da SUDENE quanto do Ministro com relação ao passado. Com relação a essa nova situação, já foi ela encaminhada ao Ministro, estamos acompanhando-a de perto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - A Presidência agradece a honrosa presença do Dr. Manoel Costa, que, com seus esclarecimentos, enriqueceu o debate e possibilitou aos parlamentares um melhor entendimento das atuais condições da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, em especial o que se refere à situação financeira do Estado.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 29/6/99

Presidência dos Deputados José Braga e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bilac Pinto - César de Mesquita - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Ermano Batista - Fábio Avelar - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 20h07min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Márcio Kangussu, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, como V. Exa. pode verificar, não há número regimental para a continuação dos trabalhos. Por isso, solicito o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 30, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 30/6/99

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questões de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): Chamada para verificação do número regimental; inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Paulo Piau - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

- O Deputado Marcelo Gonçalves, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para que tenhamos o "quorum" necessário, uma vez que há votações importantes a serem feitas nesta reunião.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, o Deputado Antônio Carlos Andrada solicitou a palavra pela ordem antes de V. Exa. anunciar a suspensão. Gostaria que fosse garantida a ele a possibilidade de levantar a questão de ordem que ele deseja propor, Excelência.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Andrada.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a intervenção do Deputado João Leite e a aquiescência da Presidência. Sr. Presidente, há insistentes notícias veiculadas pela imprensa mineira relativas a uma campanha de moralização dos serviços da Secretaria da Assembléia; houve também declarações do Deputado Durval Ângelo, 2º-Vice-Presidente, dando conta de uma auditoria sobre o quadro de pessoal da Casa, bem como da possibilidade de se realizar um recadastramento dos servidores, com o objetivo de se identificarem funcionários-fantasmas. Há necessidade de comprovação, na prática, do louvável discurso moralizador apresentado pela atual Mesa da Assembléia; a imperiosa exigência social de uma administração pública transparente e sem subterfúgios.

Diante disso, estamos levantando algumas questões para a Mesa. Há, de fato, auditoria em andamento sobre o quadro funcional da Casa ou, a exemplo de casos anteriores, trata-se de mais um balão-de-ensaio para desviar a atenção da mídia? Quantos cargos em comissão, de recrutamento amplo, com os seus respectivos códigos, símbolos e sua descrição, além daqueles que compõem a estrutura dos gabinetes dos Srs. Deputados existem na Secretaria da Assembléia? Qual a relação dos servidores exonerados e os que foram nomeados para os referidos cargos a partir de 1º/2/99? Qual a lotação dos servidores nomeados para esses cargos e onde prestam seus serviços? Que contratos de prestação de serviços, locação de mão-de-obra e terceirização, com a relação dos beneficiários, foram feitos pela atual Mesa e em que base legal tais contratos se realizaram e quais os seus respectivos valores?

É o que estamos encaminhando à Mesa, porque não é possível que, a todo momento, alguns membros da Mesa tumultuem o próprio trabalho da Casa. A todo instante, determinados membros da Casa levantam suspeitas sobre a própria Casa, como se não fossem eles os responsáveis pela situação. Afinal de contas, quem dirige a Casa é a Mesa. Se há na Mesa pessoas insatisfeitas com a condução do próprio trabalho da Mesa, que se manifestem, que renunciem a seus cargos ou que venham, de público, dizer o que querem. O que não é possível é continuar com essa baderna e essa falta de comando na Assembléia. A cada minuto ouve-se uma notícia ou recebe-se uma informação que cria um clima de insegurança e de terrorismo, numa constante campanha contra os funcionários da Casa, tumultuando o serviço, influyendo negativamente nas comissões e no trabalho técnico dos funcionários e gerando balbúrdia. Não é à toa que no mês de junho a Assembléia não deliberou praticamente nada. Esta Casa está parada há um mês. Aqui têm ocorrido apenas brigas internas e tumultos. É preciso dar um basta. O Poder Legislativo não pode ficar sujeito ao maniqueísmo de meia dúzia de pessoas que querem impedir e desestruturar nosso trabalho, fazendo com que deixemos de cumprir o papel constitucional de representar o povo e de encaminhar as grandes soluções que o cidadão mineiro espera. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Mesa vai receber o requerimento de V. Exa. e, oportunamente, vai decidir a respeito.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, concordo com as palavras e com o requerimento do nobre Deputado Antônio Carlos Andrada, já que compartilhamos do mesmo sentimento e do mesmo pensamento. É inaceitável o que está imperando nesta Casa neste momento. As demissões são uma imposição do Governador, que, querendo arvorar-se em chefe deste Poder, exige que a Assembléia Legislativa corte 5% dos seus gastos. Ainda há mais. O Presidente da Assembléia Legislativa viaja e deixa prontos os atos para a demissão de vários funcionários. Os estagiários, criteriosamente selecionados pela Casa, foram cortados e colocados para fora. Estaremos atentos às novas contratações para preenchimento desses lugares. Será realmente corte de gastos ou a intenção é colocar outros no lugar dos estagiários? Lamentamos que essa direção da Assembléia Legislativa esteja semeando terrorismo entre os servidores da Casa, que se preocupam se permanecerão na Assembléia. E o mais grave é que isso acontece por determinação do Chefe do Executivo do Estado, que determinou que a Assembléia Legislativa tem de fazer cortes. Essa decisão não é desta Casa, é de outro Poder, o que é inaceitável. Não aceitamos que a Mesa e o Presidente da Assembléia se curvem aos mandos do Governador do Estado. Reafirmo minha palavra de repúdio às demissões na Assembléia Legislativa, ao esvaziamento de cargos importantes nesta Casa e especialmente ao terrorismo aqui implantado, o que gera preocupação em todos os servidores, que, a qualquer momento, aguardam ser colocados para fora desta Casa, não por determinação dos Deputados, mas por determinação do Governo do Estado. Se fizermos um questionamento aos Deputados, sei que não se manifestarão de acordo com as demissões, que vêm acontecendo à revelia dos 77 Deputados da Casa. Concorro com o Deputado Antônio Carlos Andrada. Não aceitamos o que está acontecendo. Sou pela aprovação do requerimento. Minha opinião é que devemos cobrar do Presidente desta Casa, assim como da Mesa, que quem deve decidir o que fazer é o Poder Legislativo de Minas Gerais. O Chefe do Executivo não tem que determinar a demissão de funcionários da Assembléia Legislativa.

O Sr. Presidente - Não há questão de ordem a responder. Embora a Presidência entenda que haja exagero nas palavras de V. Exa., vai fazer o registro de suas palavras.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, na verdade, não vou nem discordar do que foi dito, mas acho até uma indelicadeza colocarmos essas questões da Mesa sem ouvirmos diretamente o Presidente desta Casa, que não se encontra em nossa cidade. Temos aqui Lideranças de partidos, das bancadas, pessoas sóbrias, conseqüentes e responsáveis. Proponho que possamos esperar até o início da semana para ouvirmos o Presidente, em uma reunião com a Mesa, porque fica muito fácil tratar do assunto superficialmente, como foi tratado aqui. Acho que temos que ter a responsabilidade, porque o Estado de Minas Gerais, com 17, 18 milhões de habitantes, não pode (...). Temos que ter a responsabilidade de passar uma informação no mínimo sustentável durante uma discussão. Pode ser que o Presidente chegue e tenha argumentos que joguem por terra tudo o que foi dito aqui, que considero foi feito de maneira superficial. Então, proponho aos colegas que esperem um pouco, até porque a Assembléia está num processo de mudança. Houve um grupo que reinou na Assembléia por 10, 12 anos. Agora, há uma mudança, há um novo grupo, uma nova corrente, uma nova vertente política dentro da Assembléia. É claro que isso atinge interesses, sim. Interesses que foram construídos, inclusive, nessa década, pelo grupo que saiu, que dirigia a Assembléia ao longo dessa década. Acho prudente que possamos esperar o Presidente retornar, pedir uma reunião para que possamos levar à população informações corretas, ouvindo as duas partes.

O Sr. Presidente - A Presidência vai conceder a palavra, pela ordem, ao Deputado Hely Tarquínio. No entanto, reitera aos Deputados a necessidade de que colaborem com a Mesa e observem o Regimento Interno, fazendo questões de ordem sobre assuntos relativos ao Regimento.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos, como Líder do PSDB nesta Casa, que alguns assuntos, realmente, não devem vir a Plenário, mas o comportamento do Sr. Presidente da Casa... Ele tem feito reuniões com as Lideranças e tomado decisões sem, previamente, comentar, pelo menos, o assunto com elas. Notamos que há um grupinho fechado em torno do Presidente. Nós fomos pegos de surpresa com a demissão de cerca de 30 funcionários desta Casa. Como fazemos para conversar com o Presidente, se se fazem reuniões de Lideranças e nós não temos nem sequer comunicação de que haverá demissões? Somos questionados pela bancada, pelos funcionários, e isso está assustando a todos. Então, por isso é que, às vezes, a coisa está sendo... A roupa suja está sendo lavada no Plenário e deveria ser lavada na reunião de Líderes ou no gabinete do Presidente. Então, é essa a questão de ordem que queria formular, dizendo que é lógico que não devemos saber de todas as decisões do Presidente, mas, no contexto de decisões que envolvem demissões, que envolvem maiores esclarecimentos dentro do próprio corpo da Assembléia Legislativa, gostaríamos de, pelo menos, receber previamente comunicados. Então, é com esse fim que apresentamos a nossa questão de ordem.

O Sr. Presidente - Não há questão de ordem a ser respondida. A Presidência volta a insistir junto aos Deputados para que não tumultuem a reunião e passem a fazer questões de ordem pertinentes ao Regimento Interno da Assembléia.

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente, na semana passada, trouxe a este Plenário uma questão de ordem que, de resto, está contida num requerimento que dirigi à Mesa e que diz respeito às informações prévias elaboradas pela Consultoria desta Casa. Nessa oportunidade, pela exiguidade do tempo, não pude tecer considerações mais amplas sobre a minha iniciativa. Gostaria de fazê-lo hoje, já que também não fui bem entendido na ocasião.

O que defendo é o que está escrito na Constituição Federal e na Estadual: o Deputado é inviolável nas suas palavras, nas suas iniciativas e no seu voto. A informação prévia, Sr. Presidente, viola essa garantia constitucional.

Some-se a isso uma agravante muito sério, que é o fato de a informação prévia não conter assinatura, quando a Constituição Federal assegura a liberdade de expressão e veda o anonimato. O documento é pouco feliz por essa razão. E não fica só nisso, Sr. Presidente. A informação prévia não consta no processo legislativo, não é atuada juntamente com o projeto do Deputado, não foi introduzida na Assembléia de maneira oficial, e, sim, por determinação verbal da direção da Casa, embora reconheça sua competência para tanto. Tudo isso espanca e agride uma das atribuições do Deputado, que lhe é garantida constitucionalmente.

Naquela oportunidade, não fiz nenhuma consideração a respeito da capacidade técnica ou da condução ética da Consultoria. Pelo contrário, disse que, quando assumi meu mandato, procurei a Consultoria e fui muito bem recebido. Conversei com seu chefe, o Dr. Sabino, e com a Dra. Flávia, que me receberam muito bem. Não tenho motivo para fazer nenhum questionamento a respeito da condução ética da Consultoria, até porque não me consta que ela esteja trabalhando gratuitamente, por conta própria, nessa peça e elaborando informação prévia para comprometer os valores que a Constituição consagra aos Deputados. Tampouco me consta que a Consultoria faça grande empenho em continuar trabalhando com informações prévias, o que resulta em sobrecarga de trabalho para ela. Acredito que a Consultoria deve até concordar comigo, uma vez que a peça não é lida por todos e não tem a utilidade que lhe creditam.

Anteontem, conversando com um Deputado que foi Secretário - não estou autorizado a divulgar o nome -, ouvi o seguinte: "Quando eu era Secretário de Estado, recebia relatórios prévios, as chamadas informações prévias, sobre todos os projetos que tramitavam na Assembléia Legislativa. Não vejo utilidade nisso. Percebo que o Deputado está sendo devassado nas suas iniciativas".

Isso não pode continuar, Sr. Presidente. Essa é a razão pela qual encaminhei à Mesa requerimento que elaborei, assinei e cuja responsabilidade assumi e continuo assumindo. Sou responsável pela iniciativa que tomei e, sinceramente, acho que nada diferente da extinção dessa peça contemplaria o meu requerimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Mesa já recebeu o requerimento de V. Exa. e o responderá oportunamente. Só não o fez porque, após o seu recebimento, a Mesa ainda não se reuniu.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não nego aos senhores que estou um tanto surpreso com o primeiro semestre que vivi nesta Casa como Deputado. Fui informado de que aqui estavam homens experientes e conhecedores, sobretudo, do que diz respeito a legislar.

Reconheço que a Mesa que hoje conduz a Casa é composta por homens imbuídos do objetivo de fazer Minas caminhar. O que não consigo entender - e seria bom se algum Deputado tivesse a oportunidade de me esclarecer, já que sou principiante -, é por que existem tantas salas de reunião nesta Casa, e toda semana somos pegos de surpresa com informações que nos chegam pela imprensa. Culpar a imprensa, jamais. Sou homem da imprensa e acho que ela faz o seu papel.

Acho que a imprensa faz o seu papel. Deputados é que vão até ela para tentar denegrir a imagem do Legislativo de Minas Gerais. Acho, não sou dono da verdade, por isso uso a palavra "acho", que primeiramente devemos nos reunir, passar para uma prática tão usada no Primeiro Mundo, e tomara que comecem a usá-la aqui também, que é a ouvidoria, ouvir todos aqueles que integram esta Casa para tomarmos uma posição.

Lamento, Sr. Presidente, com todas as letras, que alguns Deputados estejam buscando desestabilizar esse consenso, essa amizade acima de qualquer partido que existe nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência vai registrar as palavras de V. Exa e toma a liberdade de fazer a leitura do art. 166 (- Lê o art. 166 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, alterada pela Resolução nº 5.183, de 14/7/98.). A Presidência informa aos Deputados que, na condução desta reunião e de outras, tem procurado ser liberal, a fim de que possa imperar o bom entendimento entre os Deputados e a Mesa. No entanto, percebendo que não está sendo entendida pelos Deputados, a partir deste instante, nesta reunião, a Presidência fará cumprir rigorosamente os preceitos regimentais.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. A Presidência vai proceder à chamada dos Deputados para verificar a existência de "quorum", uma vez que há matéria a ser votada com necessidade de "quorum" qualificado. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (-Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 22 Deputados. Não há "quorum", portanto, para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 30/6/99

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão de Proposições: Requerimento do Deputado Dinis Pinheiro; inexistência de "quorum" para votação; prejudicialidade do requerimento - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069; encerramento da discussão; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 20h05min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em

nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência, verifica, de plano, que não há "quorum" para votação, mas o há para discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dinis Pinheiro em que solicita a alteração da ordem do dia, de modo que o Projeto de Lei nº 89/99 seja apreciado após o veto à Proposição de Lei nº 14.069, o Projeto de Lei Complementar nº 4/99 e o Projeto de Lei nº 154/99. A Presidência declara prejudicado o requerimento e passa à discussão da matéria constante na pauta.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, que cria e transforma cargos no Quadro de Pessoal da Educação e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Antônio Carlos Andrada. (- Pausa.) Na sua ausência, com a palavra, para discuti-lo, o Deputado João Leite. (- Pausa.) Na sua ausência, com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Sebastião Costa. (- Pausa.) Na sua ausência, com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Hely Tarquínio. (- Pausa.) Na sua ausência, com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Amílcar Martins. (- Pausa.) Na sua ausência, com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Mauro Lobo. (- Pausa.) Na sua ausência, com a palavra, para discuti-lo, a Deputada Elbe Brandão. Na sua desistência, com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Alberto Bejani. (- Pausa.) Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, peço o encerramento, de plano, da reunião, uma vez que persiste a falta de "quorum" para votação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para votação e, uma vez que o veto está sobrestando as demais matérias constantes na pauta, encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 1º, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 1º/7/99

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questão de ordem; chamada para verificação de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; aprovação da ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questões de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, vejo que não há "quorum" para a continuação dos trabalhos. Por isso, peço o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência, tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, vai determinar seja feita a chamada para recomposição de "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 26 Deputados. Portanto, há "quorum" para a continuação dos trabalhos. Em discussão, a ata. Não havendo quem sobre ela se manifeste, dou-a por aprovada.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Tenho percebido que todas as atas da Casa têm sido formuladas de maneira excessivamente resumida. Acho que não se retrata de uma maneira bem representativa o que, de fato, ocorre no Plenário, o calor dos debates e o que ocorre nos diversos momentos da reunião. Gostaria, então, de me dirigir à Mesa para que solicitasse aos setores técnicos que se detivessem um pouco mais no detalhamento do conteúdo da ata, de modo que ela possa, no momento em que é publicada no "Minas Gerais", dar ao leitor mineiro o pleno conhecimento do que se passa na Casa. A leitura que foi feita hoje demonstra isso. Quem lê toma conhecimento apenas dos pontos técnicos, aqueles pontos regimentais que determinam as mudanças de abertura, de encerramento, de passagem a fase seguinte, mas não retratam a riqueza do debate, da discussão, não retratam em si alguns momentos mais picantes e mais fortes da reunião. Portanto, fazemos nosso encaminhamento, nossa solicitação para que a Mesa estude uma forma de resolver o problema. Sei que os pronunciamentos e as intervenções em Plenário são publicadas de maneira separada no "Minas Gerais", mas fora do contexto. Não temos, pela leitura da ata, a vivência do contexto, no momento em que os fatos ocorrem. Então, queremos, ao discutir essa ata, fazer esta solicitação de retificação no sentido de que a Mesa tenha uma atenção especial nesse caso.

Vejamos bem: em uma Casa que tem hoje, por exemplo, três reuniões, uma de manhã, uma à tarde e outra à noite, haverá praticamente um dia inteiro de debates, um dia inteiro de discussões, rico em vários momentos e em vários acontecimentos. Quem lê a ata tem a impressão de que a reunião durou apenas 3 minutos, quando, na verdade, a reunião está preparada para durar 3 horas. Então, é necessário que a ata se detenha um pouco mais naqueles pontos não apenas regimentais, não apenas pontuais, mas que também retratassem um pouco da riqueza do momento que estamos vivendo aqui. De modo que, ao discutir esta questão, gostaria de fazer um apelo à Mesa. Sei que muitas vezes a Mesa se sente um pouco em dificuldade para encaminhar algumas questões, visto que, constantemente (...).

Neste ponto, quero louvar V. Exa. pela presença. V. Exa., de fato, tem sido o nosso Presidente aqui no Plenário. Gostaria de lamentar a ausência dos comandantes da Mesa, daqueles que realmente foram eleitos para comandar a Casa, para comandar este Plenário, que, estando ausentes, na verdade impedem que V. Exa. possa, ao ouvir o clamor do Plenário, ao ouvir o clamor das bases, ter uma decisão mais efetiva com relação aos casos. Quando o assunto chega ao Presidente, chega às mãos dos técnicos, e não diretamente como estou fazendo agora com V. Exa. Sei das limitações de V. Exa. para decidir. V. Exa. é o Vice-Presidente, que preside na ausência do Presidente, mas não tem o poder de decisão, não tem a palavra final, a não ser no momento em que está aqui sentado na posição que V. Exa. está, presidindo a reunião. No momento em que a reunião acaba, os trabalhos extras, os trabalhos que são feitos fora do Plenário, mas que dizem respeito ao Plenário, não podem ter a seqüência com V. Exa. no comando. Infelizmente, o comando é transferido para outro que não vivenciou o que está acontecendo aqui. Fato é, por exemplo, que no mês de junho, praticamente, o Presidente não presidiu nenhuma reunião nesta Casa. Ficaram entregues ao Vice-Presidente. Estamos aqui, praticamente, vivendo, no Plenário, uma espécie de sistema parlamentarista, em que o Presidente faz o papel de rainha da Inglaterra - reina, mas não governa-, e V. Exa., o papel de Primeiro-Ministro, o que, aliás, faz muito bem. Quero aqui dizer da competência de V. Exa., da maneira sensata e da maneira realmente muito digna com que V. Exa. dirige as reuniões. Então, lamentamos, na verdade, a ausência do Presidente, para que questões como essas possam ser discutidas, possam ser encaminhadas.

É uma tentativa de aperfeiçoamento da ata, é uma tentativa de aperfeiçoamento do que vai ser retratado do conteúdo da reunião.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que tinha a fazer em relação à ata ora em discussão.

O Sr. Presidente - A Presidência responde a V. Exa., baseando-se no art. 41 do Regimento Interno, que diz o seguinte: "Serão lavradas duas atas dos trabalhos da reunião pública. Uma, em minúcias, para ser publicada no órgão oficial dos Poderes do Estado, e outra, sucinta, para ser lida, aprovada e assinada na reunião seguinte". As atas têm sido elaboradas segundo os preceitos do Regimento Interno. A que é lida na reunião não é a mesma que é publicada, esta, sim, com todos os detalhes da reunião.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, os jornais de hoje trazem a notícia de que, ontem à noite, a Assembléia encerrou a discussão do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069 com a presença de apenas 12 Deputados em Plenário.

Também apoiado no art. 41 do Regimento Interno, gostaria de saber, Sr. Presidente, se, na ata que já foi lida pelo 2º-Secretário, Deputado Gil Pereira, vai passar a constar o que a imprensa noticiou ter ocorrido, na noite de ontem, no Plenário desta Casa.

Outra observação a fazer, Sr. Presidente, é que esta reunião foi aberta considerando presentes os Deputados que estavam lá fora, tirando, assim, a oportunidade democrática da Oposição de impedir a abertura da reunião.

Após encontro de nossos líderes com a liderança do Governo para tentarmos uma pauta mínima de votação, estávamos ainda no Salão Vermelho quando o Plenário encerrou a discussão de um veto que dizia respeito à vida de inúmeros funcionários contratados do Estado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada foi o relator pela comissão que discutiu o veto e deu um belíssimo parecer em favor dos trabalhadores que são contratados e designados no Estado e que, quando saem, não têm direito a férias, ao décimo-terceiro e à indenização por tempo de serviço. O relatório do Deputado Antônio Carlos Andrada previa a efetiva obtenção desses benefícios por parte dos trabalhadores.

Essa importante emenda da Oposição - do PSDB, do PFL e do PSN - não teve oportunidade de ser discutida na Assembléia. Encerrou-se a discussão com 12 Deputados em Plenário.

Não é possível, Sr. Presidente, Deputado José Braga, sustentar nesta Casa abertura de reuniões sem número regimental de Deputados e encerramento de discussão de projetos importantes sem a presença da Oposição. Isso é insustentável.

Minha questão, então, Sr. Presidente, é a seguinte: constará na outra ata, à qual V. Exa. se referiu há pouco, que a discussão de um projeto que alcança milhares de trabalhadores contratados pelo Estado foi encerrada com a presença de apenas 12 Deputados em Plenário?

E gostaria também de lamentar que em outro acordo feito na Assembléia Legislativa, enquanto, no Salão Vermelho, a Oposição esforçava-se para buscar uma pauta mínima, discutindo e buscando encaminhamento, era encerrada a discussão de um projeto importante que queríamos discutir, numa verdadeira punhalada pelas costas.

Continuamos esperando que as reuniões da Assembléia Legislativa sejam abertas com número e seja dada oportunidade nesta Casa para a Oposição exercer a sua função fiscalizadora, função de oposição e de garantia dos direitos desses trabalhadores.

Na legislatura passada, tivemos cartazes colocados em todo o Estado. Agora, infelizmente vemos os trabalhadores sendo feridos em seus direitos, infelizmente, com complacência. Espero que essa ilegalidade conste nessa segunda ata. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Respondendo à questão do nobre Deputado João Leite, esta Presidência informa que não tinha conhecimento, nem tem obrigação de ter, de acordo entre as partes - Situação e Oposição. A Presidência simplesmente se limitou a conduzir a reunião.

Durante os trabalhos, a Presidência colocou em discussão o veto, porque havia número regimental. Inclusive, alguns Deputados da Oposição presentes no Plenário não questionaram o número de presenças.

Vários Deputados estavam inscritos para discutir o veto. Todos os Deputados foram chamados, cada um por sua vez, e a Presidência, verificando a ausência do Deputado inscrito e chamado para a discussão, passava a chamar o Deputado seguinte, e assim sucessivamente. A discussão do veto foi encerrada por ausência de oradores, conforme determina o art. 248 do Regimento Interno.

A Presidência julga, portanto, improcedente a questão de ordem de V. Exa. em relação à condução dos trabalhos na noite de ontem.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de solicitar a V. Exa. a suspensão da reunião por 1 hora, para permitir a rediscussão daquela matéria abordada pelo Deputado João Leite, a pauta mínima. Após, creio que haveria a boa-vontade de todos para dar prosseguimento à reunião.

Considerando que há encontro de bancada às 11 horas, gostaria de solicitar a V. Exa. o encerramento da reunião e, na parte da tarde, o assunto já estaria talvez resolvido, facilitando o andamento dos trabalhos nesta Casa.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião, de acordo com a solicitação de V. Exa. No entanto, espera que algum acordo que seja feito seja comunicado à Presidência, para que não sejamos alvo de críticas como a que foi feita esta manhã pelo Deputado João Leite, em sua questão de ordem. Estão suspensos os nossos trabalhos por 1 hora.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial DA seca no norte de minas

Às onze horas e trinta minutos do dia dois de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva e Agostinho Silveira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Deputado Carlos Pimenta faz a leitura de documento do 2º Encontro de Vereadores da Microrregião da Serra Geral de Minas, promovido pela AVAMS e referente à continuação do relatório final, acrescido da proposta do Deputado Agostinho Silveira, o qual é aprovado por unanimidade. Em seguida, fazem uso da palavra os Deputados Agostinho Silveira, Dalmo Ribeiro Silva e Carlos Pimenta para suas considerações finais. O Presidente agradece e parabeniza a todos os membros da Comissão, bem como a toda a assessoria, pela contribuição para o êxito final dos trabalhos. O Presidente informa que o conteúdo da reunião se encontra registrado nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, o Deputado Dimas Rodrigues suspende os trabalhos por alguns instantes para a lavratura da ata desta reunião. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva que proceda à leitura da ata, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente declara encerrada a reunião e concluídos os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de junho de 1999.

Dimas Rodrigues, Presidente - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Agostinho Silveira.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às dez horas do dia trinta de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva e João Pinto Ribeiro, membros da supracitada comissão. Registra-se a presença dos Deputados José Henrique e Antônio Roberto. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos presentes. A seguir o Presidente informa que a reunião se destina a debater o acúmulo de cargos de professores das escolas estaduais e apreciar a matéria constante da pauta. O Presidente transforma a 1ª parte da reunião em reunião especial para ouvir os seguintes convidados: Sras. Maria Stela Nascimento, secretária de Coordenação da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional; e Maria de Lourdes Carvalho, Diretora Superintendente de Administração de Pessoal, representando o Secretário de Estado da Educação; as Sras. Maria Luiza Barbosa, Diretora de Direitos e Vantagens; e Maria das Graças Bernardes, Superintendente da Central de Pessoal, representando o Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração; e as Sras. Ana Maria Gomes Caríssimo e Dione Maria Drumond Gervásio, Diretoras das 33ª e 24ª Superintendências Regionais de Ensino. O Presidente passa a palavra ao Deputado Antônio Roberto, autor do requerimento que motivou a reunião, e aos convidados para suas considerações iniciais. Segue-se amplo debate, conforme constam das notas taquigráficas. Por motivo de força maior, o Deputado João Pinto Ribeiro se ausenta do recinto. Após as considerações finais, o Presidente agradece a presença dos convidados e suspende os trabalhos por cinco minutos para que os esses possam se retirar. Reabertos os trabalhos o Presidente, retoma a pauta da reunião ordinária e lê as seguintes correspondências: dos vereadores da Câmara Municipal de Divinópolis, solicitando o apoio da Comissão no sentido de que a Secretaria de Estado da Educação revise os arts. 7º e 8º da resolução 76/99, que inviabiliza a parceria Estado-município, no ensino fundamental; do Sr. Lúcio do Carmo Moura, Presidente da Associação dos Servidores do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, como contribuição dos funcionários do CETEC para o desenvolvimento da área no Estado; do Deputado João Leite, que encaminha pedido da Sra. Helena Abadia de Lima, Diretora da E. E. Deputado Álvaro Salles, para que a Comissão requeira ao Secretário de Estado da Educação a imediata construção de uma quadra poliesportiva naquele estabelecimento de ensino, conforme solicitação e planilha de custos já enviadas à Diretoria de Rede Física, em 16/11/97, e ratificadas em 10/03/99. O Presidente solicita à assessoria que providencie os requerimentos necessários para os casos citados. O Presidente, a seguir, designa o Deputado José Milton para relatar os Projetos de Lei nºs 345 e 357/99. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da Reunião, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, apresenta requerimento, que é aprovado, solicitando a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 172/99, em virtude dos subsídios colhidos na 1ª Parte da Reunião e da necessidade de uma análise mais acurada da matéria. Na ausência do Deputado João Pinto Ribeiro, relator do Projeto de Lei nº 97/99, o Presidente avoca para si a relatoria da matéria, transfere a direção dos trabalhos ao Deputado Antônio Carlos Andrada e emite parecer pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 que apresenta. Durante a discussão, foi apresentada emenda, do Deputado Paulo Piau, ao parecer, tendo o relator ressaltado a louvável intenção do autor, mas em virtude do conteúdo específico da matéria deixa de acatá-la. Submetido à votação, é aprovado o parecer e, portanto, prejudicada a emenda. O Deputado Antônio Carlos Andrada, relator do Projeto de Lei nº 257/99, emite parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Prosseguindo, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposição não sujeita à apreciação do Plenário. Submetidos à discussão e à votação, são aprovados os Projetos de Lei nºs 277/99, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado João Pinto Ribeiro); e 308/99 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada). Submetidos à votação, são aprovados os Requerimentos nºs 411, 412, 413 e 414/99, da Comissão. A seguir, o Presidente passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposição da Comissão. Submetidos à votação, é rejeitado, em face da matéria ter sido debatida na reunião, requerimento do Deputado José Henrique, que solicita reunião, com a presença do Secretário de Estado da Educação, para debater a adjução das professoras estaduais; e aprovado requerimento do Deputado Paulo Piau, que solicita reunião com as Comissões de Direitos Humanos e de Política Agropecuária e Agroindustrial, para discutir projetos que elevem a ascensão social da raça negra. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 1999.

Sebastião Costa, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Maria Tereza Lara.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Rêmolo Aloise, Aílton Vilela, Luiz Fernando Faria, Alencar da Silveira Júnior e César de Mesquita, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado César de Mesquita, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. Registra-se, neste momento, a presença do Deputado Adelino de Carvalho. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Paulo Pedrosa, Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurante, Bares e Similares; Caio Luiz de Carvalho, Presidente da EMBRATUR, e Fernando Lana e Souza, Presidente da TURMINAS, fazendo-se representar, os dois últimos, respectivamente, pelos Srs. Paulo Roberto Hargreaves, Chefe do Departamento de Captação de Recursos de Novos Negócios - DECREN - e Homero Brasil Filho, Diretor da TURMINAS. A Presidência tece considerações iniciais a respeito do tema a ser discutido e, em seguida, passa a palavra aos convidados, os quais fazem suas exposições. São abertos os debates, com a participação dos convidados e Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. Com a palavra, o Deputado César de Mesquita apresenta requerimento em que solicita seja encaminhado ofício ao Sr. Murilo Franco Machado, Presidente do Consórcio Tropical/Santa Bárbara, vencedor da licitação de arrendamento do Grande Hotel de Araxá, pedindo que informe à Comissão quais regras pré-estabelecidas estaria disposto a renegociar. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 1º de julho, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 1999.

Rêmolo Aloise, Presidente - Alencar da Silveira Júnior - Aílton Vilela - César de Mesquita - Luiz Fernando Faria.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia 52ª reunião ordinária, a realizar-se em 6/7/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Weliton Eustáquio de Jesus para a Presidência da UTRAMIG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Célio Gomes Floriani para o cargo de Diretor-Geral do IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 200/99, da Comissão de Educação, pedindo informações ao Secretário da Educação sobre a situação funcional dos professores dos cursos de nível médio de qualificação profissional extintos em decorrência de medidas adotadas por esse órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 203/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede informações ao Secretário da Casa Civil sobre a documentação do contrato entre o Estado e a empresa SMP & B Comunicação referente à publicidade do Enduro Internacional da Independência realizado no ano passado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 204/99, da Comissão do Trabalho, solicitando informações ao Comandante da 85ª Companhia da Polícia Militar de Minas Gerais referentes a denúncias efetuadas por integrantes do Movimento Sem Terra, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 205/99, do Deputado Márcio Kangussu, em que pede informações ao Secretário do Planejamento e Coordenação-Geral e ao Presidente da TURMINAS sobre a perspectiva de inserção do vale do Jequitinhonha no Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 212/99, do Deputado Aílton Vilela, pedindo informações ao Diretor-Geral do DER-MG e à Secretaria dos Transportes sobre o cumprimento do cronograma de obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias - BR-381-, correspondente à segunda etapa, especialmente no trecho situado entre os Municípios de Carmo da Cachoeira e Campanha. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 363/99, do Deputado Paulo Piau, em que pede esclarecimentos ao Governador do Estado sobre a desativação das Estações Aduaneiras do Interior, localizadas nos Municípios de Uberaba e Uberlândia. A Mesa da Assembléia opina pela rejeição do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, que cria e transforma cargos no Quadro de Pessoal da Educação e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 333/99, do Governador do Estado, que autoriza a COPASA-MG a participar de consórcio para construção da hidrelétrica de Irapé e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 408/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre o oferecimento de garantia em operação de crédito realizado entre o Estado de Minas Gerais e empresas públicas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 6/7/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 185/99, do Deputado Ermano Batista.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 431/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: ouvir explanação sobre o evento MULTIMINAS, que será realizado em Belo Horizonte, de 7 a 12 de setembro.

Convidado: Sr. George Normam Kutowa, Presidente da TECNITUR.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 7/7/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 340/99, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 428/99, do Deputado Bené Guedes.

Finalidade: discutir a questão do canil da Sociedade Protetora dos Animais, localizado no Bairro Guarani, nesta Capital, e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Srs. Marco Antônio de Resende Teixeira, Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte; Jarbas Soares Júnior, Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Belo Horizonte; Délcio Antônio Duarte, Secretário Municipal de Atividades Urbanas de Belo Horizonte; Pio XI Procópio de Alvarenga, Administrador da Regional Norte da Prefeitura de Belo Horizonte; Wanja de Assis Faria Soares, Presidente da Sociedade Protetora dos Animais; Trotsky Ribeiro de Castro, Lourdes das Mercês Fonseca e Maria de Clotilde Silva Brito, representantes da Comunidade do Bairro Guarani.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 7/7/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 446/99, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 395/99, do Deputado Edson Rezende; 415/99, do Deputado Rogério Correia; 417/99, do Deputado Cristiano Canêdo; 418/99, do Deputado Antônio Roberto; 420/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 421/99, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; 423/99, do Deputado Edson Rezende; 425 e 426/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 7/7/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 16/99, dos Deputados Maria José Hauelsen e Rogério Correia; 64/99, do Deputado Bilac Pinto.

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 371/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 398/99, do Deputado Chico Rafael; 438/99, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão Especial PARA PROCEDER A Estudos SOBRE O Endividamento do Estado, a realizar-se às 14h30min do dia 8/7/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 6 de julho de 1999, destinada à apreciação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, que cria e transforma cargos no Quadro de Pessoal da Educação e dá outras providências; do Projeto de Lei nºs 333/99, do Governador do Estado, que autoriza a COPASA-MG a participar de consórcio para construção da Hidrelétrica de Irapé e dá outras providências; e do Projeto de Resolução nº 408/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre o oferecimento de garantia em operação de crédito realizada entre o Estado de Minas Gerais e empresas públicas; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de julho de 1999.

Anderson Adatao, Presidente.

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião Especial da Assembléia para as 19 horas do dia 6 de julho de 1999, destinada à concessão do título de cidadão honorário de Minas Gerais ao Professor Celso Furtado e, na sequência, à realização do Fórum "Políticas Macroeconômicas para o Brasil" com a teleconferência "Um Caminho para o Brasil".

Palácio da Inconfidência, 5 de julho de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de membros das comissões permanentes, conforme o previsto no § 1º do art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Patrús e Jorge Eduardo de Oliveira, membros da Comissão de Administração Pública; Ambrósio Pinto e José Henrique, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Antônio Júlio e Ermano Batista, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Bené Guedes e Mauri Torres, membros da Comissão de Defesa do Consumidor; Glycon Terra Pinto e João Leite, membros da Comissão de Direitos Humanos; Dalmo Ribeiro Silva e Sebastião Costa, membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Cabo Morais e Maria José Hauelsen, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; Paulo Piau e Luiz Fernando Faria, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Adelfo Carneiro Leão e Edson Rezende, membros da Comissão de Saúde; Álvaro Antônio e Dinis Pinheiro, membros da Comissão de Transporte, Comunicações e Obras Públicas; Elbe Brandão e Pastor George, membros da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio; Cristiano Canêdo e Luiz Menezes, membros da Comissão do Trabalho, Previdência e Ação Social; Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmolo Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 6/7/99, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 343/99, do Governador do Estado, que estabelece as diretrizes para o Orçamento Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado de Minas Gerais para o exercício de 2000.

Sala das Comissões, 5 de julho de 1999.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Grande Hotel de Araxá

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ailton Vilela, Luiz Fernando Faria, Alencar da Silveira Júnior e César de Mesquita, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/7/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. José Antônio Guimarães Borges, Diretor-Financeiro da Construtora SCEG; José Cláudio Pinto de Rezende, ex-Diretor da COMIG; e o Pe. Dino Barbiero, Diretor do Lar dos Meninos Dom Orione, que debaterão sobre o tema objeto da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de julho de 1999.

Rêmolo Aloise, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 172/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

Encaminhada a esta Casa por meio de mensagem do Governador do Estado, a proposição em exame altera dispositivos da Lei nº 9.381, de 1986, que instituiu o Quadro de Pessoal das Unidades Estaduais de Ensino.

A matéria foi apreciada, preliminarmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice de natureza jurídica, constitucional ou legal a sua tramitação e lhe apresentou as Emendas nºs 1 e 2. Em seguida, a Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as emendas da Comissão de Constituição e Justiça.

Atendendo-se a requerimento do Deputado Sebastião Costa, a matéria foi distribuída também a esta Comissão, cabendo-nos emitir parecer para o 1º turno, nos termos do art. 102, VI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A mencionada lei instituiu o Quadro de Pessoal das Unidades Estaduais de Ensino, que passou a ser composto por servidores do Quadro do Magistério, de que trata a Lei nº 7.109, de 1977, e do Quadro Permanente, instituído pela Lei nº 5.945, de 1972; e regido pela Lei nº 869, de 1952 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado.

O Quadro do Magistério é integrado pelos cargos efetivos de Professor, Regente de Ensino, Orientador Educacional, Supervisor Pedagógico e Administrador Escolar. Também integra esse quadro o cargo em comissão de Diretor.

O Quadro Permanente é formado pelos cargos efetivos de natureza administrativa ou técnica, tais como os de Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Biblioteca, entre outros.

Ao propor a revogação do art. 7º da referida lei, o projeto visa à extinção da figura do Coordenador de Ensino e, pela revogação dos arts. 23 e 24 e do inciso I do art. 16, pretende extinguir a dobra de turno e as aulas facultativas, bem como a possibilidade do acúmulo de cargos pelos designados do magistério. Fica assegurada, no entanto, aos professores que se encontram em qualquer dessas situações a permanência nela até o dia 31/12/99.

A proposição nos parece oportuna, considerando as dificuldades do momento, uma vez que dela resultará oferta de vagas para profissionais do magistério, com a redistribuição de aulas ou de turmas que poderão ser assumidas por professores que estariam, de outro modo, excluídos do mercado de trabalho.

Além desse efeito, a medida teria resultados econômicos positivos para o Estado, porquanto, em seu art. 35, a Lei nº 9.381, de 1986, estabelece que os proventos do professor, na aposentadoria, terão como base de cálculo a maior média das horas de trabalho assumidas no quinquênio, com a conseqüente sobrecarga na folha de pagamento dos inativos.

Pelas razões exaradas acima, a proposição merece o apoio desta Casa.

Entendemos, ainda, que as emendas propostas pela Comissão de Constituição e Justiça desvirtuam completamente o escopo do projeto, razão pela qual opinamos por sua rejeição.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 172/99 no 1º turno, com a Emenda nº 3, a seguir apresentada, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça.

EMENDA Nº 3

Acrescente-se o seguinte art. 3º, renumerando-se os demais:

"Art. 3º - As vagas abertas em razão dos arts. 1º e 2º desta lei serão preenchidas por concurso público, ressalvado o direito dos professores já aprovados em concurso e ainda não efetivados.".

Sala das Comissões, 2 de julho de 1999.

Sebastião Costa, Presidente - Antônio Carlos Andrada, relator - Maria Tereza Lara.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

47ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 23/6/99

O Deputado João Batista de Oliveira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Maria Tereza Lara, lésbicas, "gays" e simpatizantes saem às ruas de Belo Horizonte no domingo para assinalar o transcurso do Dia da Consciência Homossexual, comemorado mundialmente no dia 28 de junho. Este dia é festejado como início da resistência dos cidadãos com orientação sexual homossexual à intolerância, ao preconceito e à discriminação.

Foi no dia 28/6/69, que lésbicas e "gays" norte-americanos resistiram à Polícia de Nova Iorque, que vinha sistematicamente invadindo o bar Stone Wall e agredindo os seus freqüentadores.

A Marcha de Orgulho "Gay", Lésbico e Simpatizante percorrerá ruas do centro de Belo Horizonte, numa reafirmação da cidadania dos integrantes desse grupo, cujo direito à vida e à liberdade são reconhecidos em textos fundamentais dos nossos dias, como a Constituição da República e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Marcha será também uma reafirmação do direito de todas as pessoas se realizarem individualmente, de buscar a felicidade segundo suas opções pessoais. "Gays" e lésbicas mineiros vão demonstrar, na manifestação, que não querem continuar nas sombras, renegando sua opção sexual, escondendo um modo digno de viver. E, realmente, não há o que esconder ou renegar. Ter orientação sexual diferente da maioria da população não faz as pessoas melhores ou piores, mas simplesmente pessoas que, como todos, lutam no dia-a-dia pela vida e pela felicidade.

Ao contrário das imagens tradicionalmente falseadas, lésbicas e "gays" são pessoas absolutamente normais, capazes de estabelecer laços, de ter vida familiar. Estão presentes nas mais variadas atividades profissionais e também na produção artística e intelectual.

Nada explica e justifica, portanto, atitudes hostis de quem quer que seja, a qualquer pretexto, contra lésbicas e "gays". Muito menos a truculência do aparato policial que, em inúmeras oportunidades, perseguiu e agrediu esses cidadãos, como se fossem desordeiros e criminosos. Ser portador de uma orientação sexual minoritária por si só é insuficiente para estabelecer a culpabilidade de cidadãos e cidadãs pacíficos que exercitam o seu direito de liberdade e dão vazão à sua própria personalidade.

Os segmentos sociais que, no limiar do século XXI, ainda negam o direito à vida e à liberdade a lésbicas e "gays" são aqueles mesmos setores retrógrados que, no passado, se opuseram ao voto feminino. São aqueles que ainda hoje estimulam e justificam todos os tipos de abusos dos Poderes do Estado contra os cidadãos. Aqueles para quem os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos absurdamente ainda nada representam.

A liberdade que conta, como dizia Rosa de Luxemburgo, é a liberdade dos outros. Não nos iludamos, a liberdade e a felicidade dos outros tem tudo a ver com nossa liberdade, felicidade e realização.

São essas, Sr. Presidente, minhas palavras. Eu gostaria de convidar os Deputados e Deputadas a dar todo o apoio a esse movimento. O meu prazer em trazer esse assunto a esta Casa é por esta ser uma Casa de todos os mineiros. Não podemos desconhecer a importância desse segmento, que tem uma contribuição para a vida do nosso Estado. São cidadãos mineiros, brasileiros, e eu gostaria de propor que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa se aprofundasse um pouco mais no tema. Não contamos com a presença, neste Plenário, do nosso Presidente João Leite, que tão bem preside essa Comissão, mas sugeri que a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, por ser esta Casa de todos os mineiros, dedicasse um pouco do seu tempo à discussão desse tema, para que pessoas ligadas a esse movimento possam ser ouvidas e reconhecidas como cidadãs, como pessoas dignas, pessoas que possam ser respeitadas por todos nós. Um grande abraço, Sr. Presidente, e muito obrigado pela atenção.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prezados populares presentes nas galerias, meus amigos da imprensa, dois motivos me trazem a esta tribuna.

Primeiramente, gostaria de falar da minha alegria em relação à nomeação do ilustre Comandante da Polícia Federal, que tomará posse hoje, em Brasília, o eminente amigo Dr. Agílio Monteiro Filho, funcionário de carreira brilhante, uma pessoa discreta, equilibrada, que, realmente, merece o reconhecimento dos mineiros e, certamente, merecerá dos brasileiros a partir de agora, que, de um modo mais amplo, verão o seu trabalho.

Ontem, quando o seu nome foi ventilado na imprensa, nós, mineiros, ficamos muito orgulhosos, por ver alguém, com a sua capacidade de trabalho, com o seu modo de ser, conquistar, por méritos próprios, essa posição de alta relevância. O Dr. Agílio Monteiro, no momento em que o País vem enfrentando crises internas, principalmente no âmbito da Polícia Federal, será aquele homem que conseguirá pôr ordem na casa, quando dará uma grande contribuição ao nosso País.

Nunca ouvimos nenhuma palavra que pudesse desabonar a conduta desse homem. Muito pelo contrário; ao longo do tempo, só temos ouvido elogios. Nós, que o conhecemos há mais ou menos 5 anos, tivemos a oportunidade de visitá-lo e de conversar com ele em alguns encontros sociais. Mesmo em férias, na cidade de Cabo Frio, pude presenciar a sua humildade no trato com aqueles que sempre chegaram perto dele. Sem dúvida alguma, é uma pessoa que, realmente, vai mostrar ao País o porquê de ter sido convidado. Tem sido exemplar chefe de família e com muito sacrifício e trabalho conquistou seu espaço - volto a dizer - pelo seu modo de ser.

Aqui, desta tribuna, aproveitamos o ensejo para parabenizá-lo e desejar tudo de bom. E que possa continuar fazendo pelo nosso País o que fez, aqui, durante o seu trabalho na Superintendência da Polícia Federal.

Discordamos quando alguns criticam - li na imprensa -, dizendo ser ele um desconhecido. Não, ele não é um desconhecido. Apenas é um homem discreto, que tem uma conduta

ilibada e que, ontem, nesta Casa, recebeu elogios de vários segmentos. Portanto, tem a nossa solidariedade, a nossa confiança e a nossa certeza de que vai cumprir bem essa incumbência honrosa que lhe foi confiada, que é extremamente grave, pela condição em que assume o órgão. Vai, sem dúvida alguma, harmonizar esse setor, acabar com os problemas internos que prejudicam muito o nosso País e fazer, realmente, aquele trabalho digno e sério que sempre esperamos dele.

Ficam, portanto, as nossas considerações. Pediria ao ilustre Presidente, através da assessoria da Casa, que fizesse chegar às mãos do Dr. Agílio Monteiro Filho essas nossas palavras sobre a sua pessoa e o seu trabalho.

Em segundo lugar, gostaria de falar sobre os 60 anos de emancipação política da cidade de Ervália, que me é muito cara. Admiro-a muito por ter um povo trabalhador. O seu forte, a sua economia está ligada à produção de café, mas a sua zona rural está muito sofrida.

Aproveito a oportunidade para dizer que a cidade precisa de eletrificação rural, a fim de que possa desenvolver-se, conseguindo manter as pessoas no campo. Ervália completou, na última semana, 60 anos de emancipação político-administrativa. Lá obtive, nas últimas eleições, quase 3 mil votos, e devo dizer que estou extremamente grato ao Prefeito Municipal Carlos Dias da Encarnação, ao Sr. Vice-Prefeito, assim como ao ex-Prefeito, Dr. Júlio, que também é uma pessoa extraordinária. Essas lideranças têm feito, com a ajuda do Legislativo, um trabalho sério e edificante. Lá tivemos, na última semana, a reinauguração da praça principal da cidade, Praça Getúlio Vargas; além disso, foi construída uma ponte, que melhorou consideravelmente o fluxo de veículos na cidade. O trabalho foi feito pela administração atual, com recursos próprios, mostrando que, apesar das dificuldades que são enfrentadas, não só em Minas mas no País, existem políticos, administradores sérios, que aplicam bem os recursos. Estive pessoalmente na cidade de Ervália, quando pude constatar a alegria e o reconhecimento do povo para com a administração. Tenho a honra de, da tribuna desta Casa, dirigir-me aos colegas Deputados e Deputadas para expressar a minha alegria em trabalhar em uma cidade tão importante e progressista como a cidade de Ervália. Muito obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público presente nas galerias, venho a esta tribuna, mais uma vez, para falar um pouco do nosso partido, o PDT, e sobre a reportagem que saiu no "Diário da Tarde" de terça-feira, dia 22, referindo-se ao Presidente do PDT, Sr. Leonel Brizola, com a seguinte manchete: "Xô, Brizola! Somente a falta de espírito patriótico, a falta de compreensão da realidade, a falta de visão do futuro podem explicar o comportamento de alguns líderes políticos que agem como cassandras, trabalhando contra os interesses do País, exatamente quando o País mais precisa do sentimento positivo e da união de todos, para superar suas dificuldades internas, e os obstáculos criados pela turbulência internacional". Outra manchete: "Parado. Quero referir-me diretamente ao caso do Sr. Leonel Brizola, Líder nacional do PDT, ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio, que tem uma longa história para contar, mas parece que está longe de entender o momento histórico do Brasil, experimentando, pela primeira vez em muitos anos e ao mesmo tempo, plena democracia e estabilidade econômica". Lê-se, também, a seguinte manchete: "Abuso. Aproveitar o espaço, como o horário dos partidos políticos na televisão, para pregar a perturbação nacional, como fez recentemente o Sr. Leonel Brizola, é um abuso. Aquele espaço é para difusão e defesa dos programas partidários, e não para ser usado como tribuna de ataques agressivos e gratuitos ao Presidente da República, repetindo os desvios condenados, até mesmo, em campanhas eleitorais". E, ao final, vem: "Aposentadoria. Que o Sr. Leonel Brizola não goste do Presidente FHC é um direito pessoal dele. Mas que use o horário legal partidário para fazer campanha nacional contra o Presidente e instigar a população a favor do "impeachment" é, além de abuso inadmissível, uma afronta à legalidade. Talvez alguém precise avisar ao Sr. Leonel Brizola que o melhor que ele tem a fazer é recolher-se à sua aposentadoria política, já decretada pelas urnas".

Depois desse artigo do "Diário da Tarde", é triste lamentar que, às vezes, não temos como defender o nosso Líder, Leonel Brizola, mas temos alguma coisa a falar sobre ele.

O PDT foi fundado por Leonel Brizola, no exílio, em Lisboa, em 1979, mas sua herança histórica vem da Revolução de 30, com Getúlio Vargas, e depois, João Goulart. O PDT surgiu em 17/6/79, em Lisboa, fruto do Encontro dos Trabalhistas no Brasil com os trabalhistas no exílio, liderados por Leonel Brizola. Seu objetivo era reavivar o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB -, criado por Getúlio Vargas, presidido por João Goulart e proscrito pelo Golpe de 1964. Desse encontro, ao qual esteve presente o líder português Mário Soares, representando a Internacional Socialista, saiu a "Carta de Lisboa", que definiu as bases do novo partido. "O novo trabalhismo" - dizia o documento - "contempla a propriedade privada, condicionando seu uso às exigências do bem-estar social. Defende a intervenção do Estado na economia, mas como poder normativo, uma proposta sindical baseada na liberdade e na autonomia sindicais e uma sociedade socialista e democrática".

Quero falar sobre a origem do nosso partido com Leonel Brizola, que teve grande participação, não resta a menor dúvida, em nosso País. Mas também venho falar sobre minha opinião pessoal, não a do Vice-Presidente do PDT de Minas Gerais, cargo que ocupo atualmente. Algumas vezes o nosso Líder, o Presidente Nacional do PDT, excede-se, porque nosso partido é democrático. Acho que Leonel Brizola tem que consultar as bases e não fazer um programa de televisão em que só ele pode falar. Nós, os Deputados Estaduais, e os Deputados Federais temos que reivindicar e falar algumas verdades a respeito de Leonel Brizola, que está se excedendo. A função do horário eleitoral é, sim, mostrar o que o PDT tem feito de melhor em nosso Estado e no País. Mostrar, sim, o que os Deputados Federais têm defendido em Brasília, quais são suas propostas, o que nossos Prefeitos têm feito em todo o País e no Estado, o que os Deputados Estaduais têm feito e reivindicado, os nossos Vereadores e, sim, ser um partido democrático e trabalhista. Nesses programas eleitorais, só Leonel Brizola tem voz. Temos que rever isso. Não há como defender o que o "Diário da Tarde" publicou, porque a realidade atual do PDT nacional é que só uma pessoa o representa, o Sr. Leonel Brizola; ele tem que dar espaço para os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Vereadores e os Prefeitos.

Em Minas Gerais, tivemos, na significativa cidade de Itabira, um grande Prefeito, que hoje é o Presidente do PDT de Minas Gerais. Itabira sofreu uma verdadeira revolução administrativa. É isso que temos que mostrar, o que o PDT sabe fazer.

Temos de caminhar nesse sentido. Os nossos Deputados Federais, em Brasília, deveriam também fazer pronunciamento sobre isso. Vou levar essa proposta à Executiva do partido em Minas Gerais, vou levar essa proposta ao nosso Presidente. Estou falando em meu nome, não em nome da Bancada do PDT. Não tenho autoridade para falar em nome dos nossos colegas de partido. Essa é uma questão pessoal. Estou sofrendo isso na pele. Temos de fazer um PDT jovem e aberto, para que a juventude possa, realmente, participar.

Admiro o que Leonel Brizola já fez pelo País, o que ele representa para o País. Não estou dizendo que ele deve se aposentar. Ele tem muito a nos ensinar, mas com democracia, mostrando propostas, e não falando como falou semana passada, quando só fez críticas ao Governo Federal. Temos que criticar o Governo Federal, sim, mas temos de fazer uma crítica construtiva. Não podemos pedir a renúncia de um Governo que foi eleito, em 1º turno, com mais de 50% dos votos. Temos que mostrar que o PDT tem propostas de Governo, para conseguirmos ganhar credibilidade e adeptos para o partido.

Vemos o que Garotinho está fazendo no Rio de Janeiro. Ele é o nome do PDT hoje, mas não se mostra o que ele está fazendo: somente críticas, críticas e críticas. Não mostra proposta. Temos, os Deputados do nosso partido, que, realmente, e levar a voz não contra o Brizola. Temos de fazer uma reunião. Somos um partido democrático. Não podemos aceitar, de cabeça baixa, o que está acontecendo em nosso País, há muito tempo. Só há um nome que fala pelo PDT em nosso País.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Caro Deputado Marcelo Gonçalves, o seu pronunciamento é importante. Respeitando o valor do Governador Leonel Brizola, concordamos com ele em algumas coisas, mas a forma como vem conduzindo a política, o que tem falado e feito, pedindo a renúncia do Presidente, não é o melhor caminho. Temos que buscar outros caminhos.

O Governador Anthony Garotinho tem sido muito hábil na busca de recursos para o Estado do Rio. É dever dele, realmente, fazer isso, e tem tido sucesso em suas empreitadas. E disso o Governador Brizola tem discordado. Isso não soma para o partido. Ele tem que apoiar o Governador do Rio em suas ações. O PDT já perdeu grandes valores, como Jaime Lerner, atual Governador do Estado do Paraná, figura que foi conquistada pelo PFL e faz muita falta ao PDT. Tudo isso em virtude de não ter havido, penso eu, diálogo para que o partido estabelecesse uma linha mais maleável, e não radical. O nosso País precisa, no momento, de entendimentos. O PDT não deve se furtar a isso.

As suas considerações serão levadas em conta. É divergindo e conversando que poderemos encontrar a luz no fim do túnel. V. Exa. está cumprindo o seu papel com muita dignidade, sem fazer ataques contundentes, mostrando que a postura tem que ser outra, para que o partido possa crescer e atrair novas lideranças. É importante que ele tenha sua vontade própria respeitada. Nós, que somos políticos mais novos, evidentemente, temos outras idéias, como tem o Governador do Estado do Rio. E ele, nesse momento, está sendo contestado pelo Governador Brizola, numa postura que não leva a lugar algum. Eles precisam se entender pelo bem do partido e pelo bem do País.

Agradeço a V. Exa. pela oportunidade de fazer essas colocações. Em absoluto somos contra a pessoa do Governador Brizola. O seu passado é de luta e de trabalho. Ele criou o partido em um momento muito difícil e foi recebido aqui, outro dia, com muitas honras, mas, com essa falta de diálogo e expressando-se sempre como se fosse dono do partido, está afastando as pessoas do convívio político. Creio que V. Exa. está mostrando isso no Plenário desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Gostaria de agradecer as palavras do nobre colega Bené Guedes, que, apesar de ser novo, é um político antigo, com sabedoria. Gostariamos de

mostrar essas palavras. Não somos contra Leonel Brizola, temos muito o que aprender com ele, e ele tem muito a nos ensinar, mas não concordo com a maneira com que vem conduzindo o PDT nos últimos anos. Essa liberdade, não temos em nosso partido. Essa é a minha posição pessoal, não a do Vice-Presidente do PDT de Minas Gerais, nem a dos outros Deputados membros do PDT. Deveríamos aproveitar melhor esse programa eleitoral, ou seja, mostrar o que têm feito os Prefeitos do PDT, a administração do partido e o que tem feito Garotinho no Estado do Rio de Janeiro. Deveria ser mostrado o que o PDT tem feito de bom. Podemos discordar de Fernando Henrique com críticas construtivas, mostrando que o País precisa crescer. Não devemos criticar apenas porque somos Oposição. O País precisa crescer para ser cada vez melhor, para o nosso povo tão sofrido, não para a nossa posição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Fábio Avelar* - Sr. Presidente, senhores da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, demais pessoas presentes, o grande jornal dos mineiros, o "Estado de Minas", em matéria publicada hoje na pág. 5, de política, destaca em manchete o seguinte: "COPASA e COMIG no Sacrifício", com o seguinte comentário: "Se o Estado não pagar sua dívida com a CEMIG, o dinheiro sairá do caixa das duas empresas".

Ora, Srs. Deputados, não é justo transferir uma responsabilidade assumida pelo Tesouro do Estado em favor da CEMIG, envolvendo débitos no valor estimado de R\$2.000.000.000,00. Sabemos que compete privativamente à Assembléia Legislativa, nos termos do art. 62, inciso XXXII, da Constituição do Estado, "dispor sobre limites e condições para concessão de garantia do Estado em operações de crédito". O Poder Legislativo não deve autorizar a COPASA-MG e a COMIG a dar a cobertura solicitada pelo Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 66, encaminhada a esta Casa ontem, em substituição ao Fundo de Participação dos Estados - FPE -, sob pena de inviabilizar economicamente as duas empresas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o débito astronômico, estimado em R\$2.000.000.000,00, significa muitas vezes o valor de mercado das duas empresas em conjunto. A jornalista Hila Rodrigues, responsável pela matéria publicada pelo jornal "Estado de Minas", resultante de brilhante trabalho de pesquisa e entrevistas com técnicos da Secretaria da Fazenda, cujos nomes foram mantidos em segredo, afirma, de forma categórica: "Por causa desses bloqueios, a CEMIG quer uma outra garantia de pagamento que não o FPE. É só uma troca".

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é só uma troca ou substituição de garantia hipotecada pelo Tesouro do Estado: isso pode significar a inviabilidade econômica, financeira e social da COPASA-MG e da COMIG. A Assembléia Legislativa não pode compactuar com a medida ora proposta.

Em sua mensagem, o Sr. Governador do Estado diz que, ante tal irregularidade, faz-se mister substituir tais garantias, a fim de regularizar a operação. Daí a proposta de que a COPASA-MG e a COMIG sejam autorizadas a dar a necessária cobertura, em substituição ao FPE. Em nosso entendimento, a irregularidade seria transferir para a COPASA-MG e a COMIG essa responsabilidade. Isso pode significar, como já dissemos aqui, o fim dessas empresas - notadamente da COPASA-MG, onde trabalhei durante 26 anos e cujo alcance social conheço. É uma empresa que muito contribui para a melhoria da qualidade de vida dos mineiros.

Parece-me que, em nível estadual, existe até mesmo um complô para acabar com essa empresa. Por diversas vezes, tenho denunciado a maneira como vem sendo conduzida a negociação da concessão de Belo Horizonte para a COPASA-MG, uma concessão que terminará no início do ano 2000 e que, estranhamente, vem sendo conduzida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que, a partir de uma negociação de campanha com o Governador Itamar Franco, teve a coragem de indicar - e o Governador, a de aceitar essa indicação - um Diretor para compor a Diretoria Metropolitana. Em meu entendimento, isso é, no mínimo, antiético: um Diretor indicado pelo Prefeito de Belo Horizonte, ocupando uma Diretoria responsável pelo gerenciamento da cidade, com aquela negociação sendo conduzida pelo Executivo Municipal, que, constantemente, tem utilizado a mídia para, cada vez mais, denegrir a imagem da COPASA-MG, dizendo que a empresa não investe em Belo Horizonte para resolver seus problemas de saneamento.

Ora, como isso pode ser verdade? Parece que o Sr. Prefeito não conheceu Belo Horizonte há 25 ou 27 anos, quando a água era distribuída através de rodízio, às vezes durante semanas. Hoje, a empresa fornece à quase totalidade da população de Belo Horizonte - cerca de 99,4% - água tratada de boa qualidade e tem 85% da sua população atendida com rede de esgoto. E o Dr. Marcelo Siqueira anunciou aqui, numa reunião com a Comissão de Meio Ambiente, que a COPASA-MG inicia, ainda este ano, a construção de uma grande estação de tratamento, - a Estação de Tratamento do Arrudas -, e já anunciou para o próximo ano a execução também da Estação de Tratamento de Esgoto do Onça. Essas duas serão responsáveis por mais de 80% do tratamento de esgoto dessas duas cidades. Portanto, não podemos admitir essa declaração do Prefeito, de que a COPASA-MG não investe em Belo Horizonte, pelo contrário, tem investido - e muito - o que possibilitou transformar Belo Horizonte na Capital do País mais bem servida, em termos de saneamento básico.

Tenho levantado essa minha posição, porque gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, caso a concessão de Belo Horizonte seja renovada do modo que pretende a Prefeitura de Belo Horizonte, não só estaremos inviabilizando a COPASA-MG na Região Metropolitana, mas estaremos também inviabilizando o saneamento de centenas de cidades do interior do Estado, porque a COPASA-MG trabalha dentro de uma visão global, dentro de uma visão sistêmica, e a concessão de Belo Horizonte é por demais importante para que possa manter a prestação do saneamento em Minas Gerais.

Tive uma reunião, na semana passada, com o Presidente da GRAMBEL, dizendo a ele da importância de se mobilizarem todos os Prefeitos da Região Metropolitana, para que ingressem nesse debate, porque o sistema não é de Belo Horizonte, ele é metropolitano. E nesse sentido, no meu entendimento, todas as cidades da Região Metropolitana poderão também estar sendo prejudicadas.

Estou, nesta semana, iniciando uma série de visitas a todos os Prefeitos da Região Metropolitana e a todas as Câmaras Municipais da Região Metropolitana, e gostaria do apoio dos Srs. Deputados, para que todos atuassem junto a suas Prefeituras e Câmaras de Vereadores, no sentido de fazer uma grande frente de pessoas interessadas nesse assunto, para que possam participar desse debate, que não pode ser conduzido do modo como vem sendo feito, de uma maneira não transparente, e sendo discutido só pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Estive também, na semana passada, com o SIND'ÁGUA, entidade que representa os trabalhadores daquela empresa, dizendo para eles, também, da importância de que a empresa se mobilize em defesa da COPASA-MG e de seus trabalhadores. Não podemos permitir que essa negociação aconteça dessa maneira irresponsável, como vem sendo feita.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - V. Exa., que tem muita experiência nesse setor, tem sido um dos responsáveis pelo crescimento da COPASA-MG, pelo lugar em que ela se encontra hoje em Minas Gerais.

Tivemos oportunidade de debater esse assunto em audiência pública, na Comissão de Fiscalização Financeira, onde V. Exa. colocou o seu posicionamento. Quero dizer que estou solidário com V. Exa., acredito que os Deputados desta Casa e o povo de Belo Horizonte e de Minas Gerais precisam estar bem informados a respeito dessas modificações, porque o prejuízo que causarão a todo o Estado de Minas Gerais é muito grande.

Temos que ter zelo, temos que ter cuidado. Se não me engano, pelos dados que V. Exa. tem trazido, perto de 40% da COPASA significam serviços prestados na região de Belo Horizonte. Espero estar compondo essa comissão, defendendo, sim, os interesses de Belo Horizonte, mas pensando no conjunto.

Disse na Comissão e volto a dizer hoje, principalmente com esse processo de globalização, com essa enorme circulação: se facilitarmos, excessivamente, um benefício em um determinado lugar, em prejuízo de outro, na verdade, esse benefício se tornará prejuízo. Hoje, por exemplo, se não atendermos bem a saúde de Governador Valadares, de Teófilo Ottoni e de Nanuque, todos virão para Belo Horizonte, criando um problema ainda maior. Queremos que isso seja feito, não apenas atendendo a interesses de pequenos grupos ou de algumas pessoas, mas aos interesses do Estado de Minas Gerais.

A COPASA tem prestado esse serviço, tem tido essa prática de Robin Hood, que ficou tão marcada pela justiça social. Essa é uma maneira de fazer justiça social, uma vez que se colhe daqueles que têm mais e se distribui para aqueles que não têm nenhuma condição.

Parabéns a V. Exa. por estar acompanhando, "pari passu", toda essa negociação, fazendo, até mesmo, denúncias daqueles que deveriam estar defendendo os interesses da COPASA, e estão fazendo certos tipos de acordo por debaixo do pano. Estamos juntos de V. Exa. e tenho certeza de que esta Casa saberá se posicionar.

O Deputado Fábio Avelar* - Agradeço a participação do nobre colega. Sinto-me muito satisfeito ao saber que esta Casa saberá se posicionar sobre o assunto. Estou aguardando com muita ansiedade. Já apresentei um requerimento à Mesa desta Casa, solicitando a definição de um grupo parlamentar para aprofundar essas questões. Um grupo supra-partidário, de

pessoas que têm ligação com Belo Horizonte, para que possamos estudar e aprofundar nessa questão.

Da mesma maneira, encaminhei um requerimento à Comissão de Administração Pública, solicitando a realização de um debate público que possibilite a participação não só da COPASA, da Prefeitura de Belo Horizonte e das prefeituras da Região Metropolitana, como também das entidades representativas de toda a sociedade. Estamos aguardando, com muita ansiedade, a aprovação desses requerimentos, para que possamos aprofundar nesse assunto.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Deputado Fábio Avelar, estou totalmente de acordo com suas colocações, com sua preocupação com o futuro da COPASA. Belo Horizonte tem sido servida muito bem pela COPASA há vários anos. Dou um exemplo: a COPASA acabou com o serviço de gastroenterologia infantil da Prefeitura, porque erradicou a doença com o saneamento. Graças a isso, economizou para a Prefeitura e, mais ainda, deu saúde para a população de Belo Horizonte. Mas eu chamaria a atenção, principalmente, para os Deputados da Situação, para esse Governo que tem dito que está a defender a permanência das empresas estatais, COPASA e CEMIG. O enfraquecimento da COPASA será, sem dúvida, o prenúncio da sua extinção ou da sua substituição por outras empresas. Defender a permanência da COPASA em Belo Horizonte, na região metropolitana, estará indo de encontro ao que o Governo propõe, que é o fortalecimento dessas empresas. Quando vemos o Governo se descuidar desse problema, vemos que está contribuindo para o enfraquecimento dessa empresa, que não pode se enfraquecer pelo trabalho que representa - e que representará - no Estado. Portanto, Deputado Fábio Avelar, estou solidário com sua campanha, não só com V. Exa., mas também com a COPASA.

O Deputado Fábio Avelar* - Agradeço as palavras do nobre Deputado. Realmente, a nossa preocupação é muito grande, porque não temos dúvida nenhuma em afirmar desta tribuna que, se a renovação for feita no molde proposto pela Prefeitura de Belo Horizonte, a COPASA desaparecerá do Estado de Minas Gerais, e, em consequência, teremos milhares e milhares de pessoas sem o saneamento adequado e sem prestação de serviço eficiente.

Terminando minhas palavras, Sr. Presidente, gostaria de, mais uma vez, manifestar minha estranheza com relação ao Prefeito Célio de Castro, no seu sentido socialista de trazer agora - no momento em que ele afirma que a situação financeira da Prefeitura de Belo Horizonte se encontra instável, em que a COPASA presta um dos melhores serviços do Brasil à Capital do Estado, com praticamente 100% de água tratada e com 85% de esgoto coletado -, dando início a uma das maiores obras de saneamento que Minas vai ter, segundo informações do Presidente da COPASA, Dr. Marcelo Siqueira, a implantação de duas grandes estações de tratamento de esgoto.

Neste momento, achamos que essa negociação não deve - e não pode - prosseguir dessa maneira. Temos que unir os nossos esforços para que todas as prefeituras da região metropolitana e todos segmentos da sociedade se envolvam nessa questão. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em primeiro lugar, gostaria de fazer um breve protesto em relação às questões de ordem levantadas neste momento da nossa reunião, porque infelizmente prejudicam os oradores inscritos. Tenho três importantes temas para tratar com os Deputados nesta tarde e, infelizmente, de acordo com tempo estipulado pelo nosso Regimento, acho que vou poder falar apenas sobre dois deles. O primeiro tema é extremamente urgente. Trata-se do Teatro da Cidade, que todos devem conhecer, próximo ao BDMG, na Rua da Bahia, e que foi construído há dez anos. Nessa época, foi dado em comodato pela Elos Engenharia, e, infelizmente, esse comodato expira em outubro deste ano. Por uma questão econômica, a Elos Engenharia solicita a reintegração desse espaço ou que aqueles que o administram possam conseguir R\$400.000,00, para que o Teatro da Cidade possa continuar com as suas portas abertas.

Sr. Presidente, não pudemos comparecer, mas a minha assessoria esteve presente em uma reunião convocada pelo Sr. Pedro Paulo Cava, que é o responsável pela administração do Teatro da Cidade. Nessa reunião, estiveram presentes inúmeras pessoas representando a inteligência cultural de Belo Horizonte e de Minas Gerais, mostrando, avaliando e discutindo a importância desse teatro, não só para Belo Horizonte, mas para Minas Gerais. Esse assunto é extremamente urgente. Está sendo composta uma comissão para rever de que forma poderíamos conseguir os recursos para que o Teatro da Cidade - esse importante teatro que, sem dúvida alguma, é um espaço cultural conquistado pelos belo-horizontinos e que já se incorporou à nossa história, à nossa cultura - não seja perdido. São dez anos de aproveitamento profícuo do espaço. Alguma coisa precisa ser feita para que Belo Horizonte não perca esse importante espaço cultural.

Sr. Presidente, é bom lembrar que fizemos um levantamento sobre o Teatro da Cidade. Ele tem capacidade para 194 pessoas, e, por ele, passaram 180 mil espectadores. Aconteceram 102 espetáculos e eventos ao longo desses anos.

Então, Deputado Alencar da Silveira, o Teatro da Cidade é muito importante para Belo Horizonte e para Minas Gerais. Mas, infelizmente, há essa questão comercial, que precisa ser resolvida.

A informação que nos deram nesta reunião é que já foi assumido pelo Governo Federal o compromisso de arcar com 25% da despesa, o que perfaz o total de R\$100.000,00. Mas precisamos de R\$300.000,00 para resolver esse problema.

Então, Sr. Presidente, esse assunto é extremamente importante para todos nós, para a cultura de Belo Horizonte, para a cultura mineira. Espero que esta Casa se manifeste, não só pela minha voz, mas pelas vozes de todos, para que a nossa cidade não perca esse importante teatro.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, através de registros documentados desta Casa e de requerimentos, iremos recorrer ao Governo do Estado, à iniciativa privada, para resguardarmos o teatro e a Companhia do Teatro da Cidade, porque são importantíssimos para a cultura de Belo Horizonte e de Minas.

Sr. Presidente, o outro assunto que trago à consideração e ao conhecimento dos ilustres Deputados é a canalização de um córrego, pela qual a Região Leste, especialmente, tem lutado ao longo desses anos. Lembro-me muito bem, quando era Líder do PMDB na Câmara Municipal de Belo Horizonte e o Sr. Hélio Garcia era o Prefeito, de que foi assinado e publicado um decreto para se fazer acanalização. Refiro-me, Sr. Presidente, ao córrego da Baleia, no Bairro Saudade, Região Leste da cidade.

A respeito desse córrego, Sr. Presidente, foi montado o Movimento S.O.S. Baleia, do qual participam diversas lideranças comunitárias e políticas, como o Deputado Federal Sérgio Miranda, o Vereador Paulão e este Deputado, enquanto Vereador e, hoje, como Deputado. Esse movimento é importantíssimo para resolver o problema da canalização do córrego da Baleia.

Mas o grande problema, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, é a remoção das famílias. Foi exatamente o decreto que dizia respeito a essa questão que o então Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Hélio Garcia, assinou, mas que, infelizmente, não foi cumprido, não foi efetivado.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, quero trazer à consideração de meus pares esse assunto, porque exatamente na próxima sexta-feira - e todos os Deputados estão convidados - a Comissão de Fiscalização Financeira, conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente desta Casa, irá promover um debate público sobre o PROSAM, um importante conjunto de obras de Belo Horizonte. Finda, agora, o que chamamos de PROSAM I, e vai se iniciar a fase do PROSAM II. Queremos discutir essa questão do córrego da Baleia, que é de fundamental importância para Belo Horizonte, especialmente para a Região Leste da cidade.

Então, Sr. Presidente, com esse fim, dirigimos um requerimento ao Vice-Governador do Estado, Dr. Newton Cardoso, com o seguinte teor:

- Lê requerimento em que solicita a canalização do córrego da Baleia.

Esse assunto é importante, Sr. Presidente - e insisto nele -, porque vamos ter oportunidade, na próxima sexta-feira, de discutir as obras do PROSAM.

Portanto, Deputado Hely Tarquínio, resumindo e confirmando: falamos sobre o Teatro da Cidade e o córrego da Baleia, duas obras importantes para Belo Horizonte e para Minas

Gerais.

Quero agradecer a paciência dos senhores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.